

REVISTA DA

ASTRAI

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas



ABNT altera norma para canais da MULTIPROGRAMAÇÃO

AS DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL

ENTREVISTA COM O MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, RICARDO BERZOINI

GOVERNO LIBERA NOVOS CANAIS PARA EMISSORAS LEGISLATIVAS

FERRAMENTA DE TROCA DE CONTEÚDO TEM MAIS DE 180 VÍDEOS

ASSUMA O CONTROLE

Soluções de ponta a ponta para TVs públicas e legislativas



Somos especializados no mercado público e legislativo, e por isso sabemos dos novos desafios impostos às emissoras de TV do setor. Oferecemos projetos inteligentes, otimizando a operação e se encaixando em qualquer orçamento.

DIGITALIZAÇÃO

Em parceria com a CloudTV, desenvolvemos o serviço de digitalização rápida de acervos, tornando o seu legado disponível para uso, de maneira simples e ágil, além de torná-lo compatível com as novas tecnologias de cloud computing.

CATALOGAÇÃO

A gestão de conteúdo em uma emissora de TV é um grande desafio nos dias de hoje, já que os volumes de material digital crescem diariamente.

Para atender essa demanda firmamos uma parceria com a Media Portal, principal desenvolvedor nacional de sistemas de MAM.

Essa ferramenta já é utilizada na TV Cultura, EPTV, TV TEM, TRAFFIC, SENAC, SESC, entre outros.

CLIENTES EM TODO O BRASIL

TV Câmara São José dos Campos (SP).

TV Câmara Bauru (SP).

TV Câmara Sete Lagoas (MG).

Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

DESSE E COMEÇA
www.4k.tv.br
15 3218.1178



ASTRAL

UNIDA PARA CRESCER

É uma honra para mim assumir esta associação que tanto defendo. O espírito de grupo e o entusiasmo que tomou conta desta gestão me fazem acreditar que daremos um salto importante para nos tornarmos uma grande rede pública de emissoras de televisão e rádio, exemplo para o país de como é possível trabalhar unidos em diferentes regiões e esferas de poder, economizando recursos aos cofres públicos.

O desafio é enorme. Mas, temos muitas conquistas que nos indicam que estamos no caminho certo. Prova disso, você vai ler na nossa Revista da ASTRAL.

A primeira grande notícia é a alteração na norma da ABNT que vai tornar obrigatório o livre acesso do telespectador a todos os canais do aparelho de televisão ou do conversor digital. Isso vai facilitar a localização dos canais primários e secundários previstos na multiprogramação. O telespectador vai achar mais facilmente as emissoras da Câmara dos Deputados, Senado, assembleias legislativas e câmaras municipais que, em breve, serão assistidas em todos os lares com a migração do sinal analógico para o digital. Certamente, nossa audiência vai aumentar!

Outra boa notícia é que a ASTRAL está representada no seletor grupo que discute cada passo do desligamento do sinal analógico no Brasil e do remanejamento dos canais entre 52 e 69 para números mais baixos. As discussões no GIRED (Grupo de Implantação da TV digital no Brasil) são acaloradas, com representantes da radiodifusão de um lado e das operadoras de

telecomunicação de outro e, muitas vezes, com interesses radicalmente opostos. Mas as emissoras legislativas têm voz no GIRED com presença da vice-presidente da Astral Evelin Maciel.

Também estamos atentos aos debates sobre os rumos da política pública de comunicação no nosso país. Assinamos a Carta de Brasília, entregue ao governo com uma pauta extensa em defesa da comunicação pública. Entre elas, a garantia de autonomia política e editorial de todas as emissoras do campo público.

Acompanhamos o início das discussões sobre a regulação das comunicações, defendida pelo governo federal, como você poderá ler na entrevista com o ministro das Comunicações Ricardo Berzoini.

Mais uma conquista: depois de dois anos com as consignações congeladas, o Ministério indicou novos canais legislativos para dez estados. E mais emissoras inauguraram suas operações. Alcançamos um público potencial de mais de 50 milhões de pessoas.

Para seguirmos neste caminho, recebo o cargo do competente Rodrigo Lucena, que, dentre outras coisas, deu um grande passo para o compartilhamento de conteúdo entre as TVs legislativas.

Chegou a vez de um representante de uma câmara municipal assumir a presidência da ASTRAL. Conheço muito bem a realidade do Legislativo Municipal e tenho a certeza que, com meus parceiros de outras câmaras municipais, poderemos ajudar muitas outras casas a instalarem suas TVs.

E assim, ampliar nosso alcance no país e transformar a ASTRAL em uma referência em entidade de comunicação pública!

Sérgio Figueiredo
Presidente da Astral

Alteração na norma prevê a identificação de todos os canais da multiprogramação nos aparelhos produzidos no país



Acervo Câmara dos Deputados

ASTRAL

PRESIDENTE

Sérgio Figueiredo
Câmara de Ribeirão Preto

1º VICE-PRESIDENTE

Evelin Maciel
Câmara dos Deputados

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Barreto Lucena
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

DIRETOR TÉCNICO

Wanderley de Oliveira
Assembleia Legislativa do Mato Grosso

SECRETÁRIA GERAL

Paula Rodriguez Galatro de Almeida
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

TESOUREIRO

Benedito Aparecido de Almeida
Câmara Municipal de Marília | SP

CONSELHO FISCAL

| TITULARES
Felipe C. Marchiori
Câmara dos Vereadores de Piracicaba | SP

Bruno Giovanni Medeiros Oliveira
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

José Acurcio Vaz Souza
Assembleia Legislativa da Bahia

| SUPLENTE

Saulo Caridade
Câmara Municipal de Itajubá | MG

Cristiano Baifus
Câmara Municipal de Blumenau | SC

CONSELHO TÉCNICO

Marcos Amaral Rainho Ribeiro
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Jorge Luiz da Silva
Câmara dos Vereadores de Santa Maria | RS

ENTREVISTA

Novo ministro das comunicações diz que governo não tem proposta para o regulação da mídia e quer ouvir a sociedade

18



Guilherme Lima

TV DIGITAL

Começa o desligamento do sinal analógico no país e a falta de consenso em alguns pontos pode atrasar o cronograma

22



Vinícios Felizatti Franzoni
Câmara Municipal de Araras | SP

Marcelo Malacrida de Moraes
Câmara Municipal de Bauru | SP

Geraldo Honorato Santos de Oliveira
Câmara Municipal de Camaçari | BA

Rafaela Cristofoli Nobre
Câmara Municipal de João Pessoa | PB

ASTRAL - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas
SGAS 902 – Ed. Athenas – Bloco C – Salas 120/127
Asa Sul – CEP: 70390-020 – Brasília | DF
www.astralbrasil.org | Tel: +55 (61) 3037-3773

EDITORIA

Carla Bisol | Reg. 9074 DRT/RS
redacao@astralbrasil.org
bisol.carla@gmail.com

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Janaina Cavalcanti
jan_ac@hotmail.com

REVISÃO

Isabel Alencar
alencar.isabel@gmail.com

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora JEP Ltda.

06 GESTÃO

Astral elege nova diretoria até 2017

08 COMUNICAÇÃO

Conheça os novos nomes no governo e no Congresso

12 CONTÉUDO

Ferramenta de compartilhamento oferece mais 180 vídeos

29 ARTIGO

Os desafios para a implantação definitiva do sinal digital

32 PERSPECTIVAS

Rede Legislativa avança pelo interior do país

37 DEBATE

Comunicação pública entrega reivindicações ao governo

42 ARTIGO

Como a mídia é regulada no mundo

46 ASSOCIADOS

Novos programas no ar e obras em emissoras em fase de instalação

REVISTA DA ASTRAL
ANO 04 | Nº 08 | JUNHO/2015



ASTRAL elege nova diretoria

Diretor da TV de Ribeirão Preto assume presidência para aproximar emissoras do interior do país à entidade

POR | CARLA BISOL

A Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas renovou sua diretoria até 2017. Sérgio Figueiredo, diretor da TV Câmara de Ribeirão Preto (SP), assumiu a presidência da entidade, substituindo Rodrigo Lucena, diretor de Comunicação Institucional da ALMG. A escolha do novo presidente aconteceu em abril durante o encontro da Astral realizado em Belo Horizonte.

A eleição foi por aclamação, o que demonstra união da Astral no objetivo de representar as emissoras de TV e rádio do Poder Legislativo em todas as discussões pelas quais a radiodifusão brasileira está envolvida neste momento, como o desligamento do sinal analógico e a limpeza da faixa de 700 MHz que atinge diretamente as emissoras legislativas.

O novo presidente da Astral tem como metas prioritárias ampliar o número de emissoras legislativas associadas à Astral, unificar as informações sobre o setor para todas as casas legislativas e for-

talear a entidade. “Vamos avançar nos projetos estruturantes que a Astral vinha trabalhando, como a ferramenta de compartilhamento de conteúdo e a troca de informações entre as câmaras municipais que estão no ar. Em breve, seremos a maior rede de comunicação pública do país”, defende Figueiredo.

Luta que segue

Para a nova diretoria da Astral a tendência é de crescimento, já que a cada ano mais emissoras de Rádio e TV do Legislativo entram em operação e novos canais são liberados pelo Ministério das Comunicações.

“Penso que a Astral deve acelerar um ponto comum entre nós: o desejo de fazer não só a maior, mas uma rede respeitável, que tenha identidade, e onde quer que você esteja, em qualquer estado ou cidade, ao mudar de canal, você poderá dizer: Ah, essa é uma emissora da Rede Legislativa”, acredita Figueiredo.



Sérgio Figueiredo quer aproximar câmaras municipais

Astral nasce na Unale

O início da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas se deu nos primeiros encontros promovidos pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), em 2000 e 2001. Naquela época, parlamentares e gestores públicos iniciaram o debate sobre a necessidade de maior aproximação entre as casas legislativas que tinham alguma experiência em televisão e aquelas que ainda planejavam a criação de suas emissoras.

A partir da aproximação dos técnicos das áreas de rádio e televisão dos parlamentos, começou a tomar forma a entidade associativa das televisões e rádios legislativas.

Em agosto de 2003, numa reunião em Brasília, da qual participaram representantes de dez casas legislativas, foi criada definitivamente a entidade, que passou a denominar-se Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas, Astral.

CONHEÇA A NOVA DIRETORIA DA ASTRAL 2015/2017

PRESIDENTE

SÉRGIO FIGUEIREDO
TV Câmara de Ribeirão Preto

1ª VICE-PRESIDENTE DA ASTRAL

EVELIN MACIEL
Câmara dos Deputados

2º VICE-PRESIDENTE DA ASTRAL

RODRIGO BARRETO LUCENA
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

DIRETOR TÉCNICO DA ASTRAL

WANDERLEY DE OLIVEIRA
Assembleia Legislativa do Mato Grosso

SECRETÁRIA GERAL DA ASTRAL

PAULA RODRIGUEZ GALATRO DE ALMEIDA
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

TESOUREIRO DA ASTRAL

BENEDITO APARECIDO DE ALMEIDA
Câmara Municipal de Marília – SP

CONSELHO FISCAL | TITULARES

FELIPE C. MARCHIORI
Câmara dos Vereadores de Piracicaba – SP

BRUNO GIOVANNI MEDEIROS OLIVEIRA
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

JOSÉ ACURCIO VAZ SOUZA
Assembleia Legislativa da Bahia
Fundação Paulo Jackson

CONSELHO FISCAL | SUPLENTE

SAULO CARIDADE
Câmara Municipal de Itajubá – MG

CRISTIANO CARLOS BAIFUS
Câmara Municipal de Blumenau – SC

CONSELHO TÉCNICO

MARCOS AMARAL RAINHO RIBEIRO
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

JORGE LUIZ DA SILVA
Câmara dos Vereadores de Santa Maria – RS

VINÍCIOS FELIZATTI FRANZONI
Câmara Municipal de Araras – SP

MARCELO MALACRIDA DE MORAIS
Câmara Municipal de Bauru – SP

GERALDO HONORATO SANTOS DE OLIVEIRA
Câmara Municipal de Camaçari – BA

RAFAELA CRISTOFOLI NOBRE
Câmara Municipal de João Pessoa – PB



Nova diretoria eleita para comandar a Astral nos próximos dois anos

INTERLOCUTORES NO GOVERNO E NO CONGRESSO



Estudioso em comunicação, Emiliano José defende a universalização da comunicação

Emiliano José assume Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações

O ex-deputado federal Emiliano José assumiu a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações no início de março. Jornalista de formação, ele defendeu a universalização da comunicação. “Nossa grande missão é garantir o direito à comunicação para o nosso povo. Esse é o trabalho-chave do Ministério das Comunicações”, declarou.

Emiliano disse que é fundamental abrir o debate para a sociedade sobre o setor de comunicação no Brasil. Segundo ele, a Constituição já estabelece regras claras, mas ainda não regulamentadas. “Se olharmos cada um dos artigos, percebemos o quanto há de avançado, basta que seja aplicado.” O novo secretário apontou também desafios como a ampliação do número de rádios comunitárias, a desburocratização na análise de processos no Ministério e o desligamento do sinal analógico de TV e implantação da TV digital no Brasil.

O novo secretário de Comunicação Eletrônica tem mestrado e doutorado em comunicação pela Universidade Federal da Bahia. Foi eleito deputado federal pelo PT por três mandatos e também já exerceu os cargos de deputado estadual da Bahia e vereador de Salvador. Ele é professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e possui nove livros publicados. Ele substitui Patrícia Ávila.

Novos diretores do Minicom

O Ministério das Comunicações tem dois novos diretores. O Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (DEAA) será dirigido por Adolpho Loyola. Já o Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação (DEOC) terá como diretor Jovino Pereira. Eles substituem João Paulo Andrade e Denise de Oliveira, respectivamente.

Mudanças na Anatel

A Superintendência de Outorgas e Recursos à Prestação da Anatel tem novo responsável: Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes. Advogado, pós-graduado em Direito Administrativo e Gestão Pública e em Regulação Avançada de Serviços Públicos de Telecomunicações, possui experiência em Direito Administrativo, Constitucional, Penal e Processual Penal, quando atuou na Procuradoria Regional da República. Ele substitui Marconi Thomaz Maya.

Deputado Fábio Sousa assume Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara

O deputado federal Fábio Sousa (PSDB/GO) foi eleito presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para o ano de 2015.

O parlamentar disse que vai analisar os projetos pendentes, colocar a pauta em dia e ouvir o governo.

Segundo Sousa, um dos projetos a ser analisado é o que regulamenta a profissão de cientista, de sua autoria. Ele também dará ênfase ao debate sobre banda larga. "A Internet de outros países é muito melhor que a nossa, alguma coisa está errada, até porque ninguém vive sem Internet", ressaltou.

Sobre a proposta de regulação da mídia, prometida pelo governo, o novo presidente da CCT disse que será debatida, embora seja contra a regulação. "Regulação da mídia para mim é o uso do controle remoto, é pai desligando a televisão em programas não apropriados para seus filhos, é você decidindo o que vai assistir", enfatizou Sousa.

O parlamentar é formado em jornalismo, apresenta o programa "Nossa Gente", na Fonte TV. Ele comanda também programas nas rádios Fonte FM e Aliança Notícias 1090. Ele substitui o deputado Ricardo Tripoli (PSBD/SP) no comando da comissão.



Novo presidente da CCT diz que regulação da mídia é o uso do controle remoto

Cristovam Buarque comanda a CCT do Senado



Experiente Cristovam é cauteloso sobre regulação dos meios de comunicação

No Senado, o presidente eleito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática é Cristovam Buarque (PDT-DF).

O novo presidente considera temerosa a proposta de regulamentação da mídia. "A gente começa a fazer umas regulamentações até corretas para evitar excessos, mas depois vem a tentação de dar um passo a mais e de repente a mídia termina controlada completamente", afirma.

Sobre colegas parlamentares que têm emissoras de rádio e TV, o senador disse que esses não devem ter concessão. "É proibido, quando isso acontece é caixa dois. Isso fere a democracia. Tem que ser coibido na regulação do exercício da cidadania. Devemos usar os meios necessários para apontar quem engana a lei", disparou. O novo presidente da CCT no Senado é engenheiro, economista e professor universitário. Foi governador do Distrito Federal entre 1995 e 1998 e ministro da Educação entre 2003 e 2004, no primeiro mandato de Lula. Ele substitui o senador Zeze Perrella (PDT/MG).

Ministério aumenta multa máxima para infrações na radiodifusão

O valor máximo da multa a ser aplicada às emissoras de rádio e TV por infração a normas que regulam o serviço de radiodifusão subiu para R\$ 89.053,71, aumento de 17%. Anteriormente, o valor estava limitado a R\$ 76.155,21. Continua valendo a aplicação de juros de mora de 0,33% por dia de atraso, até o limite de 20% calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo para pagamento, até o dia em que ocorrer o pagamento. Serão cobrados ainda juros correspondentes à taxa Selic. De acordo com norma do Ministério das Comunicações, a correção do valor máximo da multa deve ser atualizada de três em três anos. A última ocorreu em dezembro de 2011.

Beto Oliveira



VHF alto para emissoras públicas

O Ministério das Comunicações publicou portaria em abril que estabelece que as emissoras públicas de televisão terão preferência para ocupar os canais de 7 a 13 da televisão digital. Essa faixa, chamada de VHF alto, atualmente abriga emissoras de TV analógica. Com a digitalização da TV, os sete canais serão liberados. Testes, realizados pelo Ministério entre março e maio de 2014 no Gama (DF), apontaram que a transmissão de TV digital teve um bom desempenho na faixa do VHF alto. O relatório do Ministério indicou uma boa recepção do sinal digital na faixa tanto nos receptores fixos quanto em aparelhos móveis. O estudo mostrou também que, com o uso da multiprogramação, a área de cobertura do sinal digital não foi alterada. Mesmo assim, há resistências de especialistas quanto à utilização desta faixa para TV digital.

Gabriela Keresky



Desburocratização dos processos no Minicom

O Ministério das Comunicações criou um grupo de trabalho para tornar mais ágil a solução dos assuntos voltados à radiodifusão, como a análise de processos de renovação de outorga, transferência de titularidades, entre outros. A meta é que os integrantes do GT apresentem alterações em instrumentos normativos e revisão de fluxos

até o final deste ano.

Atualmente, o Ministério das Comunicações conta com processos de renovação de outorga e concessão de novas licenças paradas desde 2000. Fazem parte deste grupo o diretor técnico da Astral, Wanderley de Oliveira, e o engenheiro da ALMG, Antônio Osse.

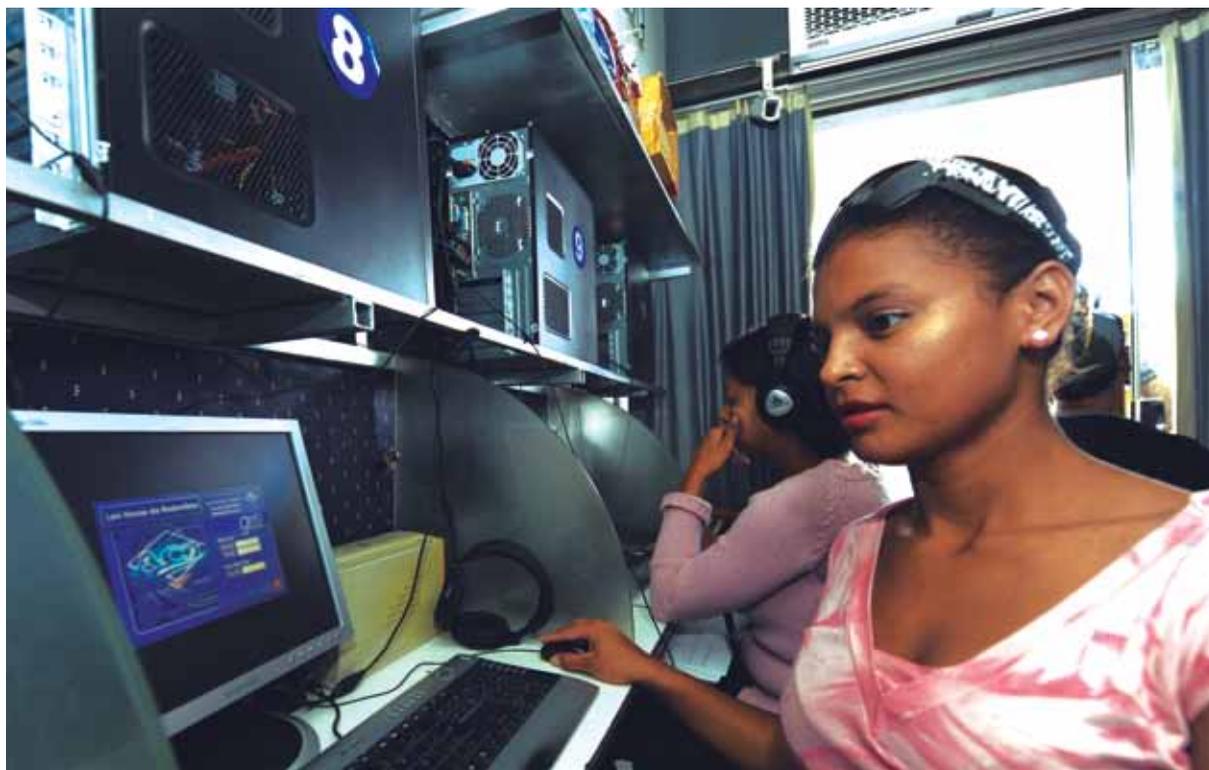
Acesso à internet no Brasil *bate recorde em 2014*

O Brasil fechou o ano de 2014 com 192 milhões de acessos em banda larga, um crescimento de 44% em relação a dezembro de 2013, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações. Segundo a entidade, 58,3 milhões de novos acessos foram ativados no ano passado, sendo 56 milhões destes em banda larga móvel.

A banda larga móvel, com as redes de 3G e 4G, liderou a expansão dos acessos à internet e fechou dezembro com 167,8 milhões de conexões. O crescimento foi de 51% frente a 2013.

A expansão também se deu na cobertura das redes de banda larga móvel, que cresceu 10%, com a ativação de 362 novos municípios em 2014, praticamente um novo município por dia. Ao todo, as redes de terceira geração estão instaladas em 3.838 municípios, onde moram 92% dos brasileiros.

A tecnologia de quarta geração, que permite velocidade de conexão à internet até dez vezes mais rápida que a 3G, já conta com 6,8 milhões de acessos. O 4G já chega a 147 cidades, que concentram 42% da população brasileira.



Gustavo Lima

Governo prepara novo *plano de banda larga*

O projeto de expansão de acessos à internet banda larga com qualidade e a preços acessíveis – promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff – está em construção e deve ser apresentado ainda no primeiro semestre deste ano. O ministro das Comunicações Ricardo Berzoini assegurou que a proposta terá como base a sinergia, com a composição de interesses com as operadoras privadas e um marco regulatório que favoreça a competição e propicie investimentos que geram qualidade,

quantidade e disponibilidade para que os brasileiros estejam alinhados com aquilo que há de mais moderno no mundo.

A expectativa do governo é que a iniciativa privada viabilize também investimentos que garantam o acesso em áreas de menor rentabilidade, por meio do projeto institucional e de governo. Outra meta é transformar o Brasil em produtor de tecnologia e não apenas consumidor, para assegurar receitas, empregos, impostos e, principalmente, conhecimento tecnológico.



Rede Colaborativa Audiovisual mais perto de você

Compartilhamento de conteúdo pela nuvem ajuda emissora a completar grade de programação com qualidade e sem custos

POR | CARLA BISOL

Quando uma câmara municipal recebe a autorização para instalar a emissora de TV digital, umas das primeiras dúvidas é como preencher uma grade com 24 horas de programação. As sessões de plenário e audiências públicas são as principais atrações do canal legislativo. Mas o que fazer em dia que não há sessão?

Ciente da importância de fechar uma grade interessante para a população que associe informações locais com cultura e disseminação de conhecimento, a Astral desenvolveu a Rede Colabo-

rativa Audiovisual, em parceria com a CloudTV, empresa especializada em computação na nuvem, para promover a troca de conteúdo entre as emissoras legislativas associadas à Astral.

O sistema funciona de forma simples e intuitiva. Todo o material disponibilizado por uma emissora poderá ser acessado pelos demais usuários cadastrados. Primeiramente, o profissional da emissora deve pesquisar programas de interesse, que estão divididos por grupos de assunto. A busca pode ser feita em três áreas: coleção (série de programas), vídeo (arquivo individual e ficha de

informações) e clips (fragmento de um vídeo). Depois de selecionado, o material pode ser assistido em baixa resolução.

Se o vídeo estiver de acordo com os interesses da emissora, ela deve fazer a requisição do material diretamente ao sistema, não precisa de aprovação. Na verdade, ela apenas seleciona o material e inicia imediatamente a baixar o conteúdo em alta resolução, pronto para ir ao ar. O próprio sistema faz a conversão do vídeo para o formato utilizado pela TV.

Estão disponíveis na plataforma cerca de 180 vídeos das TVs das Assembleias Legislativas de Minas Gerais e Mato Grosso e da Câmara dos Deputados.

“Esse modelo de compartilhamento de conteúdo tem sido discutido e desenvolvido na Astral há alguns anos, como uma demanda importante para as Câmaras Municipais que não têm condições de produzir documentários ou mesmo reportagens especiais sobre temas relevantes em discussão no país. Agora, o trabalho realizado por uma emissora pode ser aproveitado em outra. Assim, nos fortalecemos como uma verdadeira rede de emissoras associadas”, defende Sérgio Figueiredo, presidente da Astral.

Neste primeiro momento, o foco é trocar pro-

gramas de interesse público para contribuir para divulgação da nossa história e incentivo para a produção local de boa qualidade.

ASSOCIADOS EM DIA PODEM PARTICIPAR

A Rede Colaborativa Audiovisual já está disponível para todos os associados interessados em qualificar sua grade de programação. Para participar, é necessário estar com o pagamento em dia junto à Astral e se cadastrar na associação.

O Termo de Adesão prevê que a emissora legislativa não poderá promover qualquer edição no vídeo que vier a utilizar, ou aproveitar-se de apenas parte de imagens ou entrevistas, salvo com autorização expressa do associado que o disponibilizou. A emissora também assumirá a responsabilidade sobre o conteúdo de todo o material disponibilizado por ela, não podendo recair sobre a Astral e demais associados qualquer demanda judicial.

A utilização do banco de vídeos não significa serviço de backup, razão pela qual os centros de

COMERCIAL ALL iluminação profissional

Iluminação técnica para estúdios, auditórios, teatros e arquitetura em geral.



Projetos estrutural e elétrico,
Instalação técnica e artística.

18 anos projetando e instalando estúdios em todo o Brasil. Fabricante e importador de equipamentos profissionais de iluminação. Direção de fotografia, cursos de iluminação e operação de câmera, projetos elétricos e artísticos.



LIGUE SEM COMPROMISSO

Av. Brig. Faria Lima, 558 cj11 - Pinheiros - São Paulo/SP (estacione no 650)
www.comercialall.com.br - comercialall@comercialall.com.br

11-5549-7630

documentação e memória alimentados pelos departamentos competentes da emissora deverão ser administrados e mantidos pela própria emissora.

GUIA DE INSTALAÇÃO

A CloudTV criou um tutorial para facilitar ao usuário o acesso ao conteúdo colaborativo.

O primeiro passo é a definição dos computadores: um servidor de arquivo, computador cadastrado e autorizado para realizar as movimentações do conteúdo, e terminais de usuários, que são todas as máquinas com acesso à internet a serem utilizadas para realizar as pesquisas, catalogações, decupagem e solicitações de recuperação de material.

As solicitações de ingest e recuperação poderão ser feitas a partir de qualquer máquina (ter-

SERVIDOR DE ARQUIVOS

É o computador cadastrado e autorizado para realizar as movimentações do conteúdo (ingest e recuperação) e, posteriormente, disponibilizar o conteúdo aos usuários da rede local por meio de compartilhamento de pastas. Para habilitar as movimentações de arquivos, um agente precisa ser instalado no servidor de arquivos para conectá-lo a CloudTV.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA MÁQUINA

- Sistemas operacional: Windows Server 2012 R2, Windows Server 2008 R2, Windows 7, Windows Vista ou Windows XP (32 e 64 bit); Ubuntu 7.10+, Suse12.2+, Red Hat 6.2+, Fedora 9+, CentOS5+; Mac: OS X Tiger (10.4) ou mais recente
- Processador recomendado é Intel Core i3 ou superior
- Memória RAM deve ter a partir de 2 GB de RAM

- O disco deve ter espaço livre suficiente para manter os arquivos que se deseja enviar e vídeos que serão recuperados por um usuário. São recomendadas as seguintes capacidades:

VÍDEOS EM HD: pelo menos 1TB de espaço em disco

VÍDEOS EM SD: pelo menos 500GB de espaço em disco

- O serviço de movimentação Remote Server exige o ambiente Java SE 6 (JRE) ou superior
- Criação de diretórios, por exemplo: D:\INGEST\ (Em sistemas Microsoft Windows) ou /RECUPERA\ (Em caso de sistemas Unix)
- Para que os usuários possam acessar os vídeos recuperados, os diretórios necessitam estar compartilhados na rede interna, de no mínimo gigabit
- Para conexão de internet (para ingestar e recuperar arquivos da nuvem), recomenda-se um serviço de 10 Mbps ou superior
- Instalação e configuração serão feitas de forma remota. Para isso, é necessária instalação de suporte remoto TeamViewer: <http://www.teamviewer.com/pt/>

REQUISITOS MÍNIMOS PARA TERMINAIS DE USUÁRIOS

- Sistemas operacionais: Windows Server 2012 R2, Windows Server 2008 R2, Windows 7, Windows Vista, Windows XP (32 e 64 bit); Ubuntu 7.10+, Suse12.2+, Red Hat 6.2+, Fedora 9+, CentOS5+. Mac: OS X Tiger (10.4) ou mais recente
- Processador recomendado Intel Core i3 ou superior
- Memória RAM deve ser usado 2 GB RAM ou superior
- Recursos necessários instalados: Adobe Flash Player instalado na máquina do usuário (para que seja possível assistir à baixa resolução do vídeo no browser)
- Conexão de internet necessária de 1 Mbps ou superior

DEVEM SER UTILIZADOS OS SEGUINTE NAVEGADORES PELOS USUÁRIOS:



Mozilla Firefox;



Google Chrome;



Safari;



Internet Explorer 11 ou superior

minal do usuário) com acesso a internet, porém, o processamento da solicitação se dará somente no servidor de arquivos. “Isso garante segurança das informações e uma maior organização do conteúdo, já que todo o material manipulado estará em uma única máquina”, orienta Murilo Santos, diretor executivo da CloudTV.

VANTAGENS DA FERRAMENTA

A principal vantagem da Rede Colaborativa Audiovisual é que tudo é feito pela internet, através de computação em nuvem. Assim é possível acessar arquivos e executar diferentes tarefas pela rede mundial de computadores. Utiliza-se a memória e a capacidade de armazenamento de computadores e servidores interligados. Assim, os serviços podem ser acessados de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, sem necessidade de instalação de programas ou de armazenar dados.

A utilização da computação em nuvem para o sistema de troca de conteúdo oferece diversos benefícios:

✓ Baixo investimento

Sem necessidade de hardware ou software para usar a ferramenta.

✓ Escalabilidade

A utilização do sistema cresce de acordo com a demanda e também pode diminuir, se for necessário.

✓ Disponibilidade

O sistema está disponível por 24 horas por dia, sete dias da semana, durante o ano todo, sem falhas ou interrupções.

✓ Ilimitado

Não há mais limites físicos e geográficos para realizar a distribuição dos conteúdos.

✓ Flexibilidade de uso

Caso seja necessário parar de usar o serviço, não haverá perda de investimento ou contratos leoninos.

✓ Segurança

os servidores escolhidos para sistema da Astral são da Amazon Web Services, os maiores servidores do mundo, com alto grau de segurança e confiabilidade.

EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES

PARA SUA EMISSORA GOVERNAMENTAL NO AR EM HDTV



Projetamos, instalamos e treinamos toda equipe operacional.

- ◆ Câmeras Full HD e 4k
- ◆ Ilhas de Edição
- ◆ Iluminação
- ◆ Playout
- ◆ Equipamentos com Garantia do Fabricante
- ◆ Armazenamento em Full HD
- ◆ Servidores de Vídeo HD
- ◆ Cenário Virtual

Conte com nossa experiência!

Projetos instalados em mais de 30 câmaras e órgãos governamentais em todo o Brasil



Seegma

Confiança que você vê!

Rua Dr.Zuquim,902 - Santana -São Paulo-SP
Tel: 11 5082-2302 | Site : www.seegma.com.br

 /SeegmaBroadcast

ABNT revê norma para facilitar acesso a canais da multiprogramação

A alteração torna obrigatório o acesso a todos canais – primários ou secundários

POR | CARLA BISOL

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) finaliza o processo de alteração na regra de acesso aos canais pelos receptores (aparelhos de televisão e conversores) fabricados no país. Hoje, a norma NBR 15604 prevê a seleção em sequência apenas dos canais primários, o que obriga o telespectador a procurar os canais secundários e digitar o ponto e o número de subcanal como 61.2 ou 61.3.

O projeto de emenda à norma propõe a busca por todos os canais. “A seleção dos canais de forma sequencial no receptor, seja crescente ou decrescente, deve ser realizada por todos os canais lógicos, primários e secundários. O produto deve ser originalmente (*ex-factory*) fornecido no modo de seleção sequencial por todos os canais lógicos,

primários e secundários”, prevê o texto da emenda.

A exclusão de canais passa a ser opcional. “É facultado ao fabricante disponibilizar a navegação sequencial, permitindo a exclusão de quaisquer canais lógicos, desde que esta funcionalidade seja definida pelo usuário”.

A alteração da norma já passou por consulta pública e está em fase final de análise. Após esse período, a ABNT deve ratificar o texto e tornar a nova regra obrigatória para a produção de todos os receptores no país.

“Esta é uma conquista fundamental para o nosso modelo de compartilhamento de canal digital. Estamos contentes com o resultado. Em breve, teremos os quatro canais de Rede Legislativa identificados na programação”, comemora Evelin Maciel, coordenadora de Rede e vice-presidente da Astral, responsável por toda a articulação.



Audiência das emissoras do Legislativo deve aumentar com a facilidade de acesso

MULTIPROGRAMAÇÃO

A alteração na norma da ABNT vai facilitar o acesso do cidadão aos canais da Rede Legislativa, que estão fundamentados na multiprogramação, recurso que subdivide o canal digital em quatro. Assim, é possível que TV Câmara, TV Senado, TV Assembleia Legislativa e TV Câmara Municipal possam compartilhar a estrutura e dividir custos de operação. Atualmente, a Rede Legislativa é o modelo de multiprogramação mais bem-sucedido no país.

O recurso foi regulamentado em 2012 pelo governo que autorizou apenas as emissoras públicas a utilizarem o compartilhamento das faixas de programação entre órgãos da União – que tenham canais de 6 MHz consignados para transmissão digital – e órgãos, autarquias e fundações públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Deve ser respeitada a divulgação de atos,

sessões de interesse dos órgãos e de serviços públicos, além da divulgação de programações locais e regionais, de estímulo a produções independentes, educativas, artísticas e culturais.

Algumas emissoras privadas chegaram a entrar na justiça solicitando a utilização da multiprogramação, mas o pedido foi negado.

Testes foram feitos pelo Ministério das Comunicações para avaliar a capacidade de subdivisão do canal de 6 Mhz. O estudo verificou a taxa mínima necessária para vídeos Full HD (*high definition*) e SD (*standard definition*) com boa qualidade, de forma a verificar a quantidade de programações para o canal de TV Digital. A conclusão das medições é que o canal pode transmitir com qualidade muito boa uma programação em Full HD e quatro em SD, além da programação One Seg – destinada à transmissão para dispositivos móveis, como smartphones e tablets.

LUTA DAS EMISSORAS LEGISLATIVAS

Como apenas os canais legislativos utilizam a multiprogramação, a Astral e a Rede Legislativa precisaram agir para alterar a norma da ABNT. O tema foi levado pela TV Câmara e pela TV Senado ao Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital, que acatou a solicitação e encaminhou pedido de alteração à Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Durante o ano de 2014, o tema foi amplamente discutido e aprovado pelos módulos técnicos e de mercado do Fórum. O coordenador do módulo de mercado, David Britto, disse que os integrantes do grupo concordaram com a relevância do tema e encaminharam a discussão para o módulo técnico para análise e informação sobre a forma de implementação.

Na reunião do módulo técnico, o texto proposto por representantes da indústria foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a alteração da norma foi discutida nas reuniões do Conselho do Fórum SBDTV no final do ano passado e no início de 2015.

Os fabricantes não fizeram objeções. “Representantes do setor declararam que a adaptação à nova regra poderá ocorrer em prazo de quatro meses”, informou Roberto Fernandes, integrante da Rede Legislativa de Rádio e TV, que participou das reuniões do Fórum SBDTV. ■



Pelo controle remoto, o telespectador encontrará os canais primários e secundários

“O ministério não tem uma proposta, queremos antes ouvir o que a sociedade pensa a respeito do tema, o que pode ser mudado e como poderemos colocar em prática o que está escrito na Constituição”



A frente de uma pasta tão estratégica, o mineiro de Juiz de Fora tem fala mansa e é defensor do diálogo e da construção coletiva para um dos temas mais espinhosos do governo Dilma: a regulação da mídia ou, como o ministro prefere, o novo marco regulatório da radiodifusão. Ricardo Berzoini também tem a missão de concretizar o processo de levar a TV digital e a internet de qualidade para todas as cidades brasileiras. Confira a entrevista com o novo ministro das Comunicações que assumiu no lugar de Paulo Bernardo.

POR | CARLA BISOL

■ **Astral:** Quais são as prioridades da sua gestão à frente do Ministério das Comunicações?

Berzoini: Entre os diversos temas tratados diariamente pelo ministério, trabalharemos para levar internet rápida e barata a todo o país. Ampliar o acesso à telefonia móvel e melhorar sua qualidade são essenciais. Além disso, também será prioridade rever os trâmites burocráticos na área de radiodifusão e avaliarmos um modelo moderno e que corresponda com a agilidade que o setor demanda. Temos ainda o desafio de garantir que o desligamento da TV analógica se dê com o acesso de toda a população ao sinal digital. Paralelamente a isso, abriremos um amplo debate para conversarmos com todos os setores da sociedade sobre uma reforma das comunicações no Brasil. O ministério será um fomentador desse debate.

■ **Astral:** E na área de comunicação pública? Que importância a comunicação pública terá no seu mandato?

Berzoini: A comunicação pública está prevista na Constituição e deve ser fortalecida. É um dos elementos de democratização mais efetivos e que pode ser ampliado com a TV digital. O setor já trouxe demandas para que os serviços prestados sejam mais efetivos e eu estou conversando abertamente com seus representantes para encontrar boas soluções para a área.

“*A liberdade de expressão é cláusula pétrea da nossa Constituição, não sou eu quem asseguro isso, é a própria Constituição. Qualquer forma de cerceamento prévio de conteúdo, o que caracteriza censura, está fora de discussão.*”

■ **Astral:** Como será conduzida a atualização do marco regulatório da radiodifusão?

Berzoini: Com abertura a todas as opiniões, tendo o apreço pelo debate democrático como guia dessa discussão. Sem sectarismo e sem maniqueísmo.

■ **Astral:** O senhor sabe que este assunto sempre é associado à censura. Como avançar nesta discussão sem ferir o princípio da liberdade de expressão?

Berzoini: A liberdade de expressão é cláusula pétrea da nossa Constituição, não sou eu quem asseguro isso, é a própria Constituição. Qualquer forma de cerceamento prévio de conteúdo, o que caracteriza censura, está fora de discussão. O ministério não tem uma proposta, queremos antes ouvir o que a sociedade pensa a respeito do tema, o que pode ser mudado e como poderemos colocar em prática o que está escrito na Constituição nos artigos 220 a 224.

■ **Astral:** O senhor assiste TV aberta? Quais programas?

Berzoini: Devido ao pouco tempo que sobra, assisto pouco, mas sou devedor da TV pública, no caso a TV Cultura e a antiga TVE, que me ensinaram na adolescência a gostar de música brasileira de qualidade, do cinema nacional e do teatro nacional com grandes peças que eram encenadas e gravadas em preto e branco.

■ **Astral:** A TV brasileira tem um papel na vida da população que raramente se vê em outros países. O governo estuda alguma forma de intervir e qualificar a programação da TV aberta no país?

Berzoini: As emissoras são responsáveis pelo conteúdo exibido, o governo não intervém em programação e conteúdo. Mas a indução da qualidade pelo exemplo da TV Pública é uma das possibilidades.

■ **Astral:** Como realmente transformar a radiodifusão em instrumento de democratização?

Berzoini: Esse é um desafio para a sociedade, que o governo deve apoiar, mas lembrando que o Estado deve sempre interagir com as forças vivas da sociedade, sem uma visão paternalista ou autoritária.

■ **Astral:** O que o senhor acha da Rede Legislativa de Rádio e TV?

Berzoini: As emissoras legislativas são importantes para tratar de alguns temas do Legislativo, que muitas vezes não são interessantes para outros veículos de comunicação, e também para a difusão cultural, já praticada por alguns desses canais.

■ **Astral:** Como o Ministério das Comunicações pode impulsionar esse projeto de transparência do Poder Legislativo?

Berzoini: Dialogando com os dirigentes e apoiando naquilo que for nosso papel.

■ **Astral:** Hoje, cerca de 400 câmaras municipais aguardam a liberação de canal de TV digital ou rádio. Há algum mecanismo dentro do Ministério que possa acelerar essas con签ações?

Berzoini: Estamos trabalhando para que isso seja resolvido.

■ **Astral:** Como está o processo de desligamento do sinal analógico de TV no país?

Berzoini: Teremos um projeto piloto em Rio Verde (Goiás) e no ano que vem começaremos o processo de desligamento em grandes cidades, como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Estamos cumprindo os prazos para que as pessoas sejam informadas sobre o desligamento do sinal analógico, os conversores digitais sejam distribuídos à população mais carente e todas as outras medidas sejam tomadas para que possamos dar esse importante passo rumo à digitalização do sinal no Brasil inteiro.

■ **Astral:** O cronograma de desligamento tem preocupado a radiodifusão. O governo já estuda a prorrogação do switch off?

Berzoini: Não estamos estudando prorrogação do prazo, mas se houver necessidade, assim como realizado em vários países que já atravessaram esse processo, será colocado em discussão com todos os envolvidos. ▣



“As emissoras legislativas são importantes para tratar de alguns temas do Legislativo, que muitas vezes não são interessantes para outros veículos de comunicação, e também para a difusão cultural.”

Contagem regressiva para o desligamento da TV analógica no Brasil

Cronograma apertado, metas altas demais e falta de consenso são pontos críticos do processo

POR | CARLA BISOL

Em abril de 2016, o Distrito Federal será a primeira região do país a fazer a migração definitiva para o sinal digital de TV. Um ano antes do desligamento do analógico, os telespectadores da região começaram a ser informados sobre a transição.

Cada emissora deve informar ao telespectador a data do desligamento e o canal digital em que vai passar a transmitir sua programação. Essas informações devem ser veiculadas em um número mínimo de três a 18 inserções diárias, distribuídas igualmente ao longo do dia. Todas as informações serão veiculadas na TV aberta.

A comunicação é feita por meio de uma logomarca com o símbolo da televisão analógica exibida no canto superior direito da tela.

Também haverá uma tarja no pé da tela com informações com a data do desligamento da geradora, as cidades afetadas e indicação do canal digital em que vai operar. As informações estão à disposição para tirar as dúvidas dos telespectadores pelos canais:

Site: www.vocenatvdigital.com.br

E-mail: atendimento@vocenatvdigital.com.br

Telefone: 147



Emissoras deverão anunciar o desligamento do analógico um ano antes

“A gente tem um prazo muito curto para essas primeiras etapas. Qualquer falha agora terá impactos lá na frente”

Rodrigo Zerbone

CRONOGRAMA APERTADO

O desligamento da TV analógica segue um cronograma, anunciado pelo governo no ano passado. Depois de Brasília e entorno, o sinal analógico será desligado, entre maio e novembro de 2016, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Rio de Janeiro. Em 2017, será a vez de algumas cidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Pernambuco, além das regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Santos. No mesmo ano, a TV analógica deixará de operar no interior do Rio de Janeiro, na região metropolitana de Vitória e nas regiões paulistas de São José do Rio Preto, Bauru e Presidente Prudente.

Em julho de 2018, as regiões metropolitanas de Manaus, Belém, São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju e Teresina vão desligar o sistema analógico de TV. No segundo semestre de 2018, serão contempladas as capitais e cidades mais populosas de Mato Grosso, Mato Grosso de Sul e Tocantins. Por fim, a região norte integrará o desligamento da TV analógica, em Rondônia, Amapá, Roraima e Acre. Todas as demais cidades devem estar preparadas para o fim do sistema analógico até o final de 2018.

A Anatel já admite que o piloto do desligamento da TV analógica será, na prática, Brasília e entorno. Segundo o conselheiro Rodrigo Zerbone, que preside o Grupo de Implantação da TV Digital (GIRED), o piloto previsto para a cidade de Rio Verde,



Em Brasília, torre digital projetada por Oscar Niemeyer leva o nome de Flor do Cerrado

em Goiás (que teria os sinais analógicos desligados em novembro deste ano) está atrasado e ainda depende de uma série de definições importantes, o que pode comprometer o cronograma.

“O processo está andando bem. O GIRED definiu um cronograma e seu regimento e já está tomando decisões, e a EAD [Empresa Administradora da Digitalização] começa a funcionar. Mas a gente tem um prazo muito curto para essas primeiras etapas”, afirmou. “Qualquer falha agora terá impactos lá na frente”, disse Zerbone.

PONTOS CRÍTICOS

A condição para ocorrer o desligamento da TV analógica, segundo o edital, é a garantia de que pelo menos 93% dos domicílios do município que



Presidente do Gired, Rodrigo Zerbone, reconhece calendário apertado

A Câmara pode ser **PEQUENA, MÉDIA OU GRANDE**.
A **DIGILAB** tem a solução para o seu **Canal de TV**.

- Projeto Básico de Televisão.
- Contratação de equipe técnica, jornalística, produção e administrativa.
- Venda e Locação de equipamentos de qualidade homologados por nossa equipe técnica.
- Sistema de Automação Jornalística.
- Soluções completas para TV Web.

Conheça nosso
Aplicativo Legislativo



Rua João Pio Duarte Silva, 1177 - Florianópolis - SC
Fone: **48 3091 4700**
comercial@digilab.com.br
www.digilab.com.br

DIGILAB
Soluções Digitais



acessem a televisão estejam aptos a receber o sinal digital terrestre. A EAD vai arcar com uma pesquisa em cada uma das localidades para verificar se esse percentual está coberto. “A intenção é de que a gente consiga fazer essa pesquisa o mais cedo possível, em média um ano antes da data do desligamento”, aponta Rodrigo Zerbone.

Esse percentual não deve ser confundido com cobertura e disponibilidade dos sinais. Ele deve indicar a capacidade que o sinal seja captado pelas residências em pelo menos um aparelho. “É uma medição complexa de ser feita, e precisamos definir questões como o atendimento por meio da TV por assinatura ou por apenas uma emissora. A definição da metodologia de pesquisa para se chegar a esse número de cobertura será um grande desafio”, prevê o presidente do GIRED.

Outro desafio será parar de fazer o que hoje é chamado de simulcast (sinal digital rigorosamente igual ao analógico). Como as mensagens de desligamento só serão transmitidas no sinal analógico, será necessário adaptar a geração dos sinais analógicos e digitais para transmitir imagens diferentes.

O GIRED também fará a análise das localidades que podem ser antecipadas e que possam conviver com as transmissões de TV analógica em paralelo ao sinal de 4G, sobretudo no norte e nordeste, onde o congestionamento de espectro é menos crítico.

LIMPEZA DA FAIXA DE 700 MHZ

Em paralelo ao cronograma de desligamento, o governo

TVS LEGISLATIVAS DIGITAIS

Para as emissoras legislativas que operam com sinal digital, a migração definitiva para este padrão representa a oportunidade de a população ter mais acesso aos canais do Legislativo.

“Com a popularização da TV digital, a audiência das TVs Legislativas deve aumentar consideravelmente, pois o telespectador terá acesso ao sinal das emissoras com muito mais facilidade”, comemora Sergio Chacon.

Diretor da Comunicação da Câmara dos Deputados

“As TVs legislativas que operam em sinal analógico precisam estar atentas ao prazo de desligamento. É um processo irreversível de digitalização das transmissões dos sinais de televisão, e os gestores públicos devem se programar para esta transição”, orienta a coordenadora da Rede Legislativa de Rádio e TV da Câmara dos Deputados, Evelin Maciel.



Sergio Chacon prevê crescimento na audiência das emissoras legislativas

trabalha na destinação de um novo uso de parte do espectro hoje utilizada para a transmissão de canais de TV. Essa fatia de espectro, entre os canais 52 e 69, será usada para a ampliação da telefonia 4G. No leilão realizado em 2014, as empresas de telecomunicações Vivo, Claro, Tim e Algar arremataram a faixa por R\$ 5,85 bilhões e se comprometeram a gastar mais R\$ 3,6 bilhões para retirar os canais que hoje operam nos canais de 52 e 69 para canais mais baixos, até o 51.

“Os canais do Legislativo, muitos deles posicionados entre 60, 61 e 62, vão para números mais baixos e, portanto, mais próximos dos principais canais do país. Com o controle remoto na mão, o telespectador vai encontrar as emissoras legislativas com mais facilidade e, com certeza, vai se surpreender com a nossa programação”, garante Sergio Chacon.

As operadoras de telecomunicações vão arcar com as despesas de deslocamento das emissoras para canais mais baixos no espectro, respeitando o cronograma de desligamento do sinal analógico previsto pelo governo. O orçamento para migração das emissoras de TV também inclui a mitigação de interferências entre o sinal de televisão e da telefonia 4G e a distribuição de 14 milhões de conversores, filtros e antenas para a população de baixa renda. A Entidade Administradora da Digitalização (EAD), formada pelas empresas de telefonia vencedoras do leilão, vai gerir os recursos necessários para todo este processo.

Terão direito ao ressarcimento as emissoras que estiverem no ar ou que comprovarem investimentos em equipamentos para a instalação de novas estações um ano antes do desligamento analógico. De acordo com o edital,

“Trabalhamos para garantir que todas as emissoras sejam contempladas com equipamentos adequados para canais mais baixos e que ninguém tenha prejuízo com a migração”

Evelin Maciel

esse ressarcimento não será feito em dinheiro, mas exclusivamente por meio da aquisição e instalação, ou adaptação, quando possível, de equipamentos e infraestrutura essenciais ao funcionamento dos novos canais.

REPRESENTAÇÃO NO GIRED

A mudança do sinal analógico para o digital está sendo coordenada pelo Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, ou apenas GIRED. O grupo conta com representantes do governo federal, das empresas de telecomunicações e de radiodifusão. A Astral está representada pela vice-presidente da entidade e coordenadora da Rede Legislativa, Evelin Maciel.

O GIRED criou três grupos técnicos: o de recepção, que discute questões relativas ao acesso da população ao sinal digital de TV, como filtros, antenas e set top boxes; o de remanejamento de canais, que cuida da migração dos canais que hoje operam na faixa de 700 MHz para outra frequência; e o de comunicação, que decide sobre a forma de divulgação e orientação para os telespectadores.

“Estamos presentes a todas as reuniões dos grupos de trabalho que pautam o GIRED para defender os interesses das emissoras públicas e, em especial, das emissoras do Poder Legislativo. Trabalhamos para garantir que todas as emissoras sejam contempladas com equipamentos adequados para canais mais baixos e que ninguém tenha prejuízo com a migração”, defende Evelin Maciel.

CONVERSOR NEM TÃO INTERATIVO

O Gired definiu a especificação do set top box a ser distribuído para os cerca de 14 milhões de inscritos no Bolsa Família.

A configuração escolhida está muito mais para os modelos simples, defendidos pelas teles, do que para os mais completos, defendidos pelas TVs públicas.

O conversor terá o Ginga C, versão mais avançada do middleware brasileiro. Porém, não terá conexão à internet, pois o modelo virá sem Bluetooth nem modem 3G. O aparelho só acessará a internet se o usuário tiver internet a cabo ou possa comprar um modem USB.

O aparelho terá 512 de memória RAM e 2 GB de memória



Gabriela Komsky

Conversor digital será distribuído para população de baixa renda

flash. Haverá uma porta USB e os drivers serão adequados para receber um modem externo. O aparelho será capaz de decodificar dois fluxos de vídeo distintos e simultâneos, um MPEG-4 e outro MPEG-1 (padrão tecnológico inferior) para a janela de libras.

Como este modelo não existe no mercado, ainda não há preço definido, mas estima-se que custe em torno de U\$ 30, ou seja, menos de R\$ 100. “Tentamos reduzir a complexidade técnica, preservando o grau de interatividade e diminuindo o impacto financeiro, para não expor o orçamento da EAD”, explica Rodrigo Zerbone.

O equipamento deve ser entregue acompanhado de antena para garantir a recepção do sinal digital. Mas, como não está previsto no edital, não deve haver a contratação de equipes para o trabalho de instalação dos equipamentos.

A escolha do conversor foi lamentada pelo integrante da Rede Legislativa da Câmara dos Deputados que acompanhou todas as reuniões sobre o tema. “É uma oportunidade única que se perde. Por alguns centavos a mais, uma conexão bluetooth poderia permitir ligar o set top box ao smartphone que muitas famílias já possuem e possibilitar inúmeros serviços públicos para o cidadão”, disse Roberto Fernandes.

“Os esforços foram muito grandes para chegar a esta configuração, mas ela apenas deixou a porta de entrada da conexão para a verdadeira interatividade. Esperamos que o projeto de banda larga do governo federal garanta o acesso dos que mais precisam dos serviços públicos à interatividade plena”, declarou Evelin Maciel, vice-presidente da Astral e representante da entidade no Gired. [■](#)

Soluções para o Legislativo

Temos a solução adequada no tamanho do seu projeto



Sistemas de câmaras robóticas



Ross Legislative Control System (LCS)
Controle integrado de câmeras,
gráficos e produção



Inception Social
plataforma para monitorar,
criar e publicar conteúdo para uma ampla gama de
serviços de mídia social como Twitter, Facebook,
YouTube, Instagram entre outros



Ross OpenGear
Soluções modulares de
infraestrutura de vídeo



MAM
Gerenciamento de fluxo
de conteúdo



Linha de mobiliários técnicos personalizados



INTEGRANDO O FUTURO !

(16) 3627-8284
Rua João Pasqualin, 89 Pq dos Bandeirantes
Ribeirão Preto - SP
vendas@opictelcom.com.br
www.opictelcom.com.br

Desligamento da TV Analógica & Rede Legislativa:

em 2018 Brasil operando plenamente com TV Digital

POR | VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI E RONALDO THEODORO LEITE *

Em 20 de junho de 2014, a portaria 477 do Ministério das Comunicações oficializou o cronograma de desligamento dos canais de televisão em tecnologia analógica. Com essa definição, será possível colocar em prática e exercitar inúmeras situações que devem ser resolvidas para que esse cronograma possa ter sucesso, fato que exigirá de todo o setor um trabalho árduo durante o período para se alcançar o objetivo comum, inclusive solucionar as peculiaridades de cada caso.

Os dados apresentados no congresso da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) de 2014 mostram em 21/08/2014, que o Sistema de Radiodifusão no site da Anatel (SRD) dispunha de 6.614 canais distribuídos no plano de canalização de TV digital (PBTVD). A mesma consulta em 13/05/2015 indica 7.034 canais de TV Digital no PBTVD e 6.718 para os canais analógicos nos planos de retransmissão (PBRTV) e de geradora (PBTV), portanto um aumento de 420 novos canais de TV Digital no PBTVD, ou seja, 6,35% sobre o montante em 2014.

Rede Legislativa de TV Digital e sua canalização

A Rede Legislativa de Televisão foi concebida na plataforma do Sistema Brasileiro de TV Digital para operar com multiprogramação, onde um dos canais transmite a programação local da TV Câmara do Município.

Conforme definição do órgão regulador pela portaria 24 de 11 de fevereiro de

2009, a faixa de canalização destinada exclusivamente para a radiodifusão pública era do canal 60 até 68 UHF.

Porém, a União Internacional de Telecomunicações (UIT), devido à crescente evolução de tecnologia, identificou internacionalmente a necessidade de utilização dessa faixa de frequência, de 698 a 806 MHz, para sistemas móveis de telecomunicações.

No Brasil, a portaria 14, de 16 de fevereiro de 2013 estabeleceu as diretrizes para acelerar o programa de implantação da TV Digital, alinhado ao desenvolvimento e disponibilidade de frequências para o Programa Nacional de Banda Larga.

Uma das definições foi publicada pela Anatel na resolução 625, de 11 de novembro de 2013, que atribui a faixa de 698 a 806 MHz ao serviço móvel, em caráter primário, e mantém a utilização pela radiodifusão até data a ser fixada, o que aconteceu, conforme publicação em 2014 do cronograma de desligamento analógico. Essa resolução define os critérios para a desocupação da faixa e a redistribuição dos canais de televisão bem como o estabelecimento das condições de convivência entre os dois serviços.

Como desocupar os canais de TV

No início de 2013, todas as entidades envolvidas participaram ativamente do trabalho conhecido como “replanejamento da canalização”, que estudou região por região, cidade por cidade, remanejando os canais para



Alguns transmissores poderão ser reutilizados na nova frequência, mas o filtro e as antenas deverão ser substituídos

outros com frequências que permanecerão para o serviço de radiodifusão.

Porém, além da troca dos canais, diversos problemas foram levantados, entre outros, de ordem técnica e financeira, tais como custos referentes à aquisição ou adequação de equipamentos, infraestrutura e interferências do sistema de telecomunicações com os sinais de TV.

Na análise e construção deste novo cenário, dois instrumentos legais foram publicados em julho de 2014. No dia 11, a Resolução 640 da Anatel, que aprovou o regulamento sobre condições de convivência entre os Serviços de Radiodifusão e Radiocomunicação, que operam na faixa de 698 MHz a 806 MHz, e trata das mitigações das interferências.

O Ministério das Comunicações publicou, em 9 de julho de 2014, a portaria 481, que estabelece as condições necessárias para o desligamento do sinal analógico, onde determina como condição que 93% do município acesse o sinal digital.

Finalmente, em 20 de agosto, foi publicado o aviso de licitação e correspondente edital para as empresas de telecomunicações utilizarem a faixa de UHF. Este é o instrumento que define os compromissos e condições de uso da faixa de 700 MHz, entre eles o ressarcimento dos custos decorrentes da redistribuição de canais de TV e RTV e as soluções de interferências.

Switch - off & Rede Legislativa e redistribuição de canais

Mais de 50 estações que integram a Rede Legislativa de TV Digital terão a substituição de seus canais remanejados para canais abaixo de 51. Esta alteração técnica do canal reflete diretamente no sistema de radiofrequência (RF) da estação de transmissão da emissora, ou seja, transmissor, filtro e antena de transmissão. Alguns transmissores poderão ser reutilizados na nova frequência, mas o filtro e as antenas deverão ser substituídos. A exceção se dá no caso de antena de banda larga, porém a mesma deve ser objeto de testes na nova frequência. Recomenda-se que o fabricante ateste o seu funcionamento nas novas condições.

Outro ponto a ser analisado é a infraestrutura composta pelo abrigo de equipamentos e torre, que deverá suportar uma adequação para o novo canal, permanecendo no ar com o canal atual. Para cada estação, a Entidade

Administradora da Digitalização (EAD) analisará se o espaço físico, energia, condicionamento de ar, proteções elétricas existentes comportam outro transmissor no caso de substituição de equipamentos, para operar nos dois canais (existente e novo).

Outro item que merece nossa atenção, ainda em relação à infraestrutura, é o posicionamento de instalação da antena de transmissão na torre. Nos casos em que apenas a emissora da Rede Legislativa ocupe a torre, a situação é menos grave. Mas, quando a torre é compartilhada com outras emissoras de TV, haverá a necessidade de novos estudos para comportar todas as situações, ou seja, as antenas já instaladas acrescidas de novas antenas para os canais replanejados.

Ressarcimento pela alteração dos canais

A forma de ressarcimento da EAD para as emissoras será por adaptação, quando for possível, ou aquisição e instalação dos equipamentos e infraestrutura dos sistemas de transmissão. Essa nova composição, adequada ao novo canal de transmissão, obrigatoriamente deverá garantir as condições técnicas de cobertura existente e a continuidade do serviço. Esse novo estudo, com as especificações dos equipamentos e infraestrutura, será de responsabilidade da EAD, ouvindo os radiodifusores a serem ressarcidos e conforme os critérios a serem definidos pelo GIRED.

Para ter direito ao ressarcimento, as emissoras terão de comprovar que o canal redistribuído, ou seja, o canal atual, entrou em operação ou está preparado para entrar com investimentos realizados (infraestrutura) e equipamentos adquiridos (transmissor, antena de transmissão e linha de transmissão), até um ano antes da data do desligamento analógico definido pelo Ministério das Comunicações.

Interferência do LTE no canal da TV, conversores e equipamentos substituídos

Mesmo com a realização de testes, as interferências, se existirem, serão percebidas após a ativação completa dos sistemas de Telecom, que deverá ocorrer somente após o desligamento analógico e a redistribuição dos canais de TV e RTV.

Constatada a interferência, caberá à EAD a

distribuição de filtros de recepção de TV para a mitigação dos problemas.

Por fim, em alinhamento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, no caso de substituição de equipamentos, a EAD será a responsável pela retirada, tratamento, remanufatura e correto descarte dos equipamentos atuais (originais), incluindo transmissores, cabos e antenas, conforme critérios estabelecidos pela Política do Meio Ambiente.

Conclusão

Todo o processo de desligamento da TV analógica, efetivação das instalações com os canais de TV e RTV e início da operação dos sistemas de Telecom na faixa de 700 MHz estão devidamente estruturados e em plena atividade conforme os cronogramas estabelecidos.

A implicação de todo esse processo para a Rede Legislativa pode ser considerada um impacto positivo, pois a aceleração da implantação das emissoras de TVs digitais no país tende para uma substancial redução nos custos dos equipamentos, em função da economia de escala, aumentando o número de telespectadores com disponibilidade de assistir ao conteúdo ofertado pelas emissoras legislativas, tanto nas estações já implantadas, como também incentivando a implantação em novos municípios.

Para que possa fluir esse complexo fluxo de atividades, compreendido por grupos de estudos, reuniões, projetos, novas autorizações, licenciamentos das estações, instalações e destinação dos equipamentos substituídos, a participação e agilidade de todos os envolvidos serão fundamentais no processo: emissoras de TV, associações, Governo e operadoras de Telecom e a EAD.

Com certeza, novos horizontes serão bem-vindos... em DIGITAL!

.....

*** VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI É MESTRE EM ENGENHARIA EM SISTEMAS IRRADIANTES E DOUTORANDA EM SISTEMAS DE TV COM TECNOLOGIA DIGITAL. TAMBÉM É DIRETORA EDITORIAL DA SET.**

*** RONALDO THEODORO LEITE É ADMINISTRADOR DE EMPRESAS COM ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS ATUARIAIS.**

REDE LEGISLATIVA expande pelo Brasil

Mais emissoras no ar e liberação de novos canais em dez estados garantem crescimento no alcance das emissoras do Legislativo

POR | CARLA BISOL

As atividades parlamentares podem ser acompanhadas pelos cidadãos, de casa, em frente à televisão, em vários pontos do país. Essa é uma novidade para os moradores das regiões metropolitanas de Salvador, Natal e Campinas que juntos, somam cerca de 8,5 milhões de pessoas. É a Rede Legislativa expandindo e se consolidando como ferramenta de comunicação pública, aproximação entre cidadão e Parlamento e de transparência.

Na capital baiana, a população pode acompanhar as sessões de trabalho do Legislativo em sinal aberto, digital e gratuito pelo canal 61. As transmissões são resultado do acordo entre Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Bahia e Câmara Municipal de Salvador para compartilhamento do canal e dos custos de implantação da Rede Legislativa. O diretor geral da TV Assembleia, Acúrcio Vaz, lembra que, desde 2009, a Casa tentava junto ao Ministério das Comunicações a consignação do sinal aberto, mas que, em 2012, ao saber da disposição da Câmara dos Deputados em ampliar a rede de comunicação legislativa, firmou o convênio e conseguiu viabilizar a emissora, com economia aos cofres públicos. “Com o acordo, a Câmara dos Deputados adquiriu transmissor e sistema irradiante, e coube à Assembleia montar a infraestrutura necessária para transmissão do sinal, na sede do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia”, disse Vaz.

A Câmara Municipal de Salvador também aderiu à Rede Legislativa, sendo responsável pela complementação de equipamentos como aquisição de no break que impede a interrupção do sinal. “Estamos montando uma grade de programação que permite a transmissão ao vivo das ses-

sões em plenário e das audiências públicas além de telejornalismo e programas de interesse da comunidade”, afirma José Ribeiro Bomfim, diretor da TV da Câmara de Salvador.

Com a multiprogramação, a TV Câmara está no 61.1, a TV Assembleia Legislativa da Bahia no 61.2, a TV Senado, no 61.3 e a TV Câmara Municipal no 61.4. Cada canal com programação independente, 24 horas no ar.

O mesmo acontece no Rio Grande do Norte,



Sinal da Rede Legislativa chega à região metropolitana de Salvador

só que desta vez a Rede Legislativa é assistida no canal 51. Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Natal somaram esforços, dividiram recursos financeiros, e as emissoras estão no ar desde o final de 2014.

Na sessão solene que marcou oficialmente o lançamento da transmissão em canal aberto e digital, o então presidente da Assembleia potiguar, deputado Ricardo Motta, reafirmou o papel das emissoras legislativas como o caminho mais rápido e transparente para que os cidadãos acompanhem diariamente as atividades do Legislativo. “A TV é um marco divisor no relacionamento entre a população e nós, seus representantes, tornando essa relação muito mais próxima e interativa”, discursou.

Motta fez questão de destacar o trabalho realizado pelos profissionais da Assembleia, como o presidente da Fundação Djalma Marinho, Cícero Torquato, e os ex-diretores Diógenes Santas, Geórgia Nery e Maurício Pandolph. “A TV, com sua talentosa e dedicada equipe, é um orgulho para todos nós, porque está em sintonia com a modernidade e a cidadania, fazendo o bom jornalismo, divulgando a cultura e prestando serviço à população, como tem que ser uma TV pública”, lembrou o parlamentar.

A Câmara Municipal de Natal ingressou na Rede Legislativa ao mesmo tempo. “A medida oferece maior transparência aos trabalhos do Parlamento, levando informação, cultura e cidadania à população de Natal por meio das transmissões de sessões ordinárias, audiências públicas”, reforçou a diretora da TV Câmara de Natal, Virgínia Coeli.

Ao todo, a Rede Legislativa está presente em 16 capitais brasileiras: Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Porto



Inauguração da TV Legislativa no RN

Alegre (RS), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Vitória (ES), Goiânia (GO), Florianópolis (SC), Salvador (BA), Natal (RN), Manaus (AM), São Luís (MA), Macapá (AP) e João Pessoa (PB).

Para 2015, o canal digital será aberto nas regiões metropolitanas de Recife (PE) e Rio Branco (AC). As operações são de responsabilidade da Câmara dos Deputados, que já adquiriu os equipamentos de transmissão. Em Recife, o sistema está instalado, bastam apenas alguns ajustes por parte da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Em Rio Branco, a estrutura física para instalação dos equipamentos deve ser finalizada neste semestre.

Com a instalação dos equipamentos de transmissão nas capitais citadas, a Câmara dos Deputados cumpre a meta de levar o sinal das emissoras do Legislativo para as 13 capitais sob sua responsabilidade.

Um acordo com o Senado, firmado em 2012, prevê que cada uma das casas que compõem o Congresso Nacional instale as operações das duas emissoras em 13 capitais cada, dividindo o canal e, por consequência, os custos de transmissão.

Este modelo bem-sucedido de compartilhamento de responsabilidades é possível graças à multiprogramação, um recurso da TV digital que permite a divisão de um único canal em quatro. Assim, cada Casa Legislativa tem uma emissora 24 horas no ar com programação independente.

Avanços no Senado

A Rede Legislativa de TV Digital está perto de chegar a todos os estados. Avanços no acordo firmado entre Câmara dos Deputados e Senado Federal abrem a possibilidade de o sinal digital das emissoras do Legislativo chegar a todas as 26 capitais e regiões metropolitanas do país.

Em fevereiro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, autorizou a entrada da Câmara Municipal de Manaus na operação instalada pelo Senado no estado do Amazonas, com a cessão do canal 55.4 para que a programação da TV Câmara Manaus fique disponível também em canal aberto ainda neste semestre.

“O presidente Renan está muito sensível a esse projeto. Ele determinou que fosse dada toda a celeridade possível para que possamos avançar com a nossa TV aberta. Proporcionar que o telespectador possa acompanhar o dia a dia da Câmara Municipal de Manaus por meio da TV aberta e não somente pela TV a cabo significa para nós um avanço muito amplo em todos os aspectos”, comemora o presidente da Câmara de Manaus, vereador Wilker Barreto.

Ele esteve em São Paulo para conhecer o modelo de operação e funcionamento utilizado pela TV Câmara Municipal de São Paulo, primeira operação da Rede Legislativa fora de Brasília. Numa parceria firmada, profissionais da Fundação Padre Anchieta estiveram em Manaus para fazer o levantamento das necessidades da TV Câmara local.



Campinas inaugura TV transmitida para mais de um milhão de pessoas

Interior: novos canais para dez estados

A Rede Legislativa de TV digital avançou também para doze cidades em nove estados: Campos dos Goytacazes (RJ), Sertãozinho (SP), Joinville (SC), Bento Gonçalves e Santa Rosa (RS), Macaíba (RN), Barão de Melgaço e Acorizal (MT), Porto Nacional (TO), Feira de Santana (BA), Arapongas (PR) e Juiz de Fora (MG).

O Ministério das Comunicações indicou os canais para implantação imediata da TV digital. Isso só foi possível após um estudo da engenharia da Câmara dos Deputados, em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O trabalho conjunto foi estabelecido por intermédio do então presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Ricardo Tripoli, e da então secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério, Patrícia Ávila.

“A autorização desses canais é fruto do trabalho árduo da Secretaria de Comunicação

da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Há dois anos, o Ministério das Comunicações não liberava novos canais de TV Digital para a Rede Legislativa. A expansão do sinal é importante para disseminar a informação aos municípios menores e mais distantes dos centros urbanos. O objetivo é garantir a transparência do trabalho legislativo e aumentar a participação popular. Agora é necessário que o Ministério autorize os demais canais pendentes”, defendeu Tripoli.

De acordo com as novas regras do Ministério, editadas na Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 2014, é necessária a apresentação de projeto técnico no prazo de quatro meses e só depois a Câmara dos Deputados receberá a autorização definitiva para instalação das emissoras.

“A indicação de novos canais da Rede Legislativa comprova a credibilidade do nosso trabalho junto ao Ministério das Comunicações e à Anatel. Saímos do eixo São Paulo – Minas Gerais e avançamos para o sul, nordeste e centro-oeste do país”, comemora a coordenadora da Rede Legislativa, Evelin Maciel.

Novos canais no ar

Campinas, uma das maiores cidades brasileiras, com mais de um milhão de habitantes, passou a transmitir as atividades da Câmara Municipal em dezembro de 2014. O então presidente da casa, vereador Campos Filho, defendeu o sistema

de canal aberto como importante mecanismo de participação política da população e de transparência dos trabalhos legislativos. “A formação da Rede Legislativa de TV Digital é a maneira mais rápida e ao menor custo de atingir este objetivo e, ainda, ampliar a possibilidade de cobertura das TVs municí-

pais”, disse Campos Filho.

Campinas se soma a outras nove cidades do interior de São Paulo que já operam em sinal digital: Assis, Barretos, Bauru, Jacareí, Jaú, Marília, Piracicaba, Ribeirão Preto e Tupã. Em Minas Gerais, outras três cidades estão no ar: Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia.

EXPANSÃO DO SINAL DIGITAL DA REDE LEGISLATIVA





Totalmente digital, a Rádio Câmara de Bauru no ar desde março

>> Os investimentos dessas câmaras municipais juntas chegam a R\$ 10 milhões em equipamentos e infraestrutura, como prevê o acordo entre Câmara dos Deputados e Câmara Municipal.

Para 2015, a expectativa é que o número de emissoras em funcionamento aumente consideravelmente. Cerca de 20 câmaras municipais trabalham para entrar em operação. Algumas estão prestes a concluir as etapas de licitação dos equipamentos, tendo inclusive toda a documentação aprovada pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações.

“A Rede Legislativa de TV Digital está cada vez mais sólida. Já somos 30 emissoras no ar e seremos em breve cerca de 50. Nos reunimos com frequência para discutir troca de conteúdos, experiências na aquisição de equipamentos, contratação de equipe, metas comuns, além das questões técnicas e legais da rede”, explica a coordenadora Evelin Maciel.

A meta é conseguir que o

Ministério das Comunicações indique canais para as cerca de 400 Câmaras Municipais que solicitaram adesão à Rede Legislativa.

Nas ondas do Rádio

Com características diferentes das parcerias de TV digital, a Rede Legislativa de Rádio também apresenta crescimento entre 2014 e 2015.

A começar pelo projeto piloto em Cuiabá, 89.5 FM, num acordo firmado entre Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Mato Grosso que divide o tempo da programação com informações do trabalho parlamentar na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. “Os ouvintes podem acompanhar o que tem sido votado nos dois plenários, além de ouvir as principais notícias do Parlamento federal e estadual”, afirma o diretor da TV e Rádio da Assembleia do Mato Grosso, Wanderley de Oliveira.

Pelo acordo, os equipamentos de transmissão foram adquiridos pela Câmara dos Deputados. Em contrapartida, a Assembleia de Mato Grosso forneceu a torre de transmissão e os estúdios para inserção de programação local.

No interior, a Câmara Municipal de Bauru (SP) também está no ar na frequência FM 93.9 FM. No final do ano passado, foi realizada a licitação para a aquisição dos equipamentos digitais e de última geração, já prevendo a migração do rádio analógico para o digital.

O presidente da Câmara de Bauru, Faria Neto, radiologista e apaixonado pelo rádio, comemorou o feito. “O início das transmissões da Rádio Câmara FM é um marco na história da comunicação local, na medida em que consolida de vez a vocação da Câmara Municipal de Bauru como uma casa que prima pela transparência dos seus atos”, disse Faria Neto.

Próxima emissora a entrar no ar será em Jataí (GO). Depois, virão as rádios legislativas de Rio Branco (AC), Salvador (BA), Jaboatão dos Guararapes (PE), Belém (PA), Campo Grande (MS), João Pessoa (PB), Macapá (AP), São Luís (MA), Teresina (PI), Mogi das Cruzes (SP), Ourinhos (SP), Penápolis (SP), Santos (SP), Divinópolis (MG), Montes Claros (MG), Uberlândia (MG), Santarém (PA), Ponta Grossa (PR), Quatro Barras (PR) e Lagoa Santa (MG).

A Câmara dos Deputados já solicitou ao Ministério das Comunicações canais de rádio para para todos os municípios com mais de 100 mil habitantes. ▀

Fortalecimento da comunicação pública é estratégico para democratização da mídia

Entidades se unem em defesa das emissoras públicas e apresentam pauta de reivindicações ao governo federal

POR | REDAÇÃO

Entidades em defesa da comunicação pública deram uma demonstração de união e força durante o Primeiro Fórum Brasil de Comunicação Pública realizado em novembro de 2014, em Brasília. “O fórum, pela primeira vez, junta todas as formas de comunicação pública numa discussão estratégica e com propostas concretas para o governo”, discursou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), integrante da Frente Parlamentar Pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom), entidade organizadora do evento, em parceria com a Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados.

“Eu estou nesta batalha há mais de 20 anos e não se discutia comunicação pública no passado. Agora, Estamos dando uma demonstração de força”, resumiu o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder, que luta, entre outras coisas, pela obrigatoriedade do diploma de jornalista para exercício da função.

“Precisamos construir uma rede de comunicação pública que garanta acesso universal, valorize os trabalhadores e garanta espaço no espectro para as emissoras de rádio e TV que não exploram o direito à informação para obter lucros e defender interesses cada vez mais privados”, defendeu a coordenadora-geral do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC), Rosane Bertotti.

Plataforma

Durante o Fórum, foi redigida a Carta de Brasília, assinada por todas as entidades de comunicação pública, inclusive a Astral, e entregue ao então ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. (Leia a carta na íntegra na página 40)

Entre as demandas, estão a discussão sobre a regulação da mídia e a criação de um marco regulatório para a comunicação pública e de uma Política Nacional de Comunicação, que defina objetivos, responsabilidades e papéis dos órgãos reguladores e de fomento. A falta de uma legisla-



Deputada Jandira Feghali saúda união de entidades públicas



ção clara é a base de outros dois problemas históricos do campo público: a falta de estrutura e de uma política de financiamento clara para as emissoras.

“Enquanto a radiodifusão pública do Poder Executivo Federal (sob a responsabilidade da EBC) possui princípios, objetivos e modelos de gestão e financiamento claros, as emissoras públicas, educativas e culturais estadu-

ais seguem regidas pelo ultrapassado Decreto-Lei 236 de 1967, que determina que as emissoras educativas devem apenas transmitir aulas, palestras e debates”, declarou o diretor da Associação de Rádios Públicas do Brasil (Arpub), Orlando Guilhon.

Carência de financiamento e infraestrutura

Grande parte das emissoras depende basicamente dos orçamentos dos poderes e instituições as quais estão vinculadas. Já a EBC é viabilizada por verbas orçamentárias, por receitas próprias e pela Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública (CFRP). Esse imposto não está disponível totalmente porque as operadoras de telecomunicação questionam os valores na justiça. O problema é a falta de regulamentação da divisão das receitas da CFRP, que pela lei deveria financiar não apenas a EBC, mas o campo público como um todo. O tema está sendo tratado na Casa Civil.

Em relação à infraestrutura e distribuição, os desafios são crescentes. Em 2009, o Ministério das Comunicações reservou os canais 60 a 68 para os Serviços de Televisão e de Retransmissão de Televisão Pública Digital. Porém, no fim de 2013, o órgão definiu que a faixa de 700 MHz, justamente onde ficam os canais 60 a 68, será desocupada para a instalação do serviço de internet 4G. “Os canais existentes até o momento serão realocados, mas ainda não há garantia de espaço para os novos canais públicos, previstos no decreto da TV Digital, e também para os já existentes previstos na Lei do SeAC. Esse cenário de



Representantes de entidades posam para foto na luta da democratização da comunicação



Público lotou auditório da Câmara dos Deputados para defender espaço para a comunicação pública



Vice-presidente da Astral, Evelin Maciel, entrega Carta de Brasília ao então Ministro Gilberto Carvalho

incerteza é aprofundado pela inexistência de um plano de outorgas para o campo público”, disse o presidente da Frente Nacional pela Valorização das TVs Comunitárias do Campo Público (Frenavatec), Mário Melo.

As entidades defendem que o Ministério das Comunicações deve criar um plano de outorgas e consignações para o campo público, garantindo a reserva de canais concedida em 2009 pelo governo federal em outras faixas do espectro. Esse espaço deve contemplar não apenas as emissoras que já estão no ar, mas todo o campo público e incluir aquelas previstas legalmente e ainda não implantadas.

Diante do processo de migração para a TV digital, a universalização do acesso à comunicação pública passa pela implantação de uma rede de

distribuição desta nova tecnologia, revertendo o cenário de ausência de uma política clara para enfrentar essa questão. “A otimização de custos e a perspectiva do uso dessa plataforma para serviços de governo presume a instalação de uma infraes-

trutura integrada, um operador de rede”, defendeu o presidente da EBC, Nelson Breve.

Leia o documento entregue no final do evento pela vice-presidente da Astral, Evelin Maciel, ao então ministro Gilberto Carvalho. [■](#)

“ O fortalecimento da Comunicação Pública passa inexoravelmente pela importância do Estado brasileiro, em todos os seus poderes, assumir o relevante papel que este campo cumpre para a construção da cidadania, da democracia

Carta de Brasília 2014

>> Carta de Brasília 2014

Nós, trabalhadores e trabalhadoras e representantes de emissoras do campo público de comunicação (rádios e TVs comunitárias, educativas, públicas, universitárias, legislativas), gestores, movimentos sociais, ativistas, militantes, acadêmicos, realizadores audiovisuais, parlamentares, cidadãos e cidadãs reunidos no **Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014**, vimos por meio desta Carta reafirmar os compromissos assumidos há sete anos na Carta de Brasília e apresentar novos desafios para o setor.

A intenção deste Fórum é reunir não mais por plataformas, mas por interesses comuns, o campo público de comunicação, formado por emissoras e produtoras que compartilham ideais de uma comunicação democrática, autônoma, plural, participativa, inovadora e comprometida com a sociedade e seus interesses. Depois de importantes encontros setoriais, como os dois Fóruns Nacionais de TVs e o Fórum Nacional de Rádios Públicas, hoje nos unimos para fortalecer as lutas e avançar nos desafios que ainda limitam a plena atuação do campo público no Brasil.

Compreendemos que o fortalecimento da Comunicação Pública passa inexoravelmente pela importância do Estado brasileiro, em todos os seus poderes, assumir o relevante papel que este campo cumpre para a construção da cidadania, da democracia e para a consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento soberano, com protagonismo e participação social no Brasil.

A consolidação de um Sistema Público de Comunicação forte e diverso é um dos pilares da democratização da comunica-

ção no Brasil, que depende principalmente de um novo marco legal para o setor que, entre outros aspectos, regulamente o Art. 223 da Constituição Federal no que diz respeito à garantia da complementariedade dos sistemas público, privado e estatal, em conformidade com a proposta aprovada na 1ª Conferência Nacional de Comunicação de uma distribuição equitativa do espectro. Só assim será possível, de fato, impulsionar a diversidade e a pluralidade existente no ecossistema midiático brasileiro, ainda carente de uma expressão não comercial.

É fundamental ressaltar que, em grande parte, as resoluções aprovadas na 1ª Confecom ainda não foram transformadas em políticas públicas, e que isso representa um atraso para o campo. É urgente uma política de comunicação que descriminalize a radiodifusão comunitária, amplie recursos para o fomento da comunicação pública e garanta a universalização do acesso a estes conteúdos pela população, dentre outras pautas ligadas à luta pelo reconhecimento da comunicação como um direito humano.

Neste sentido, num momento em que a sociedade reivindica instrumentos para fortalecer os mecanismos de democracia participativa no Brasil, este Fórum de Comunicação Pública recomenda que o novo Ministro das Comunicações estabeleça canais efetivos de diálogo com as organizações da sociedade no debate sobre as políticas de comunicação do país.

Consideramos ainda que a luta para promover um cenário mais plural na mídia brasileira exige aprofundarmos a unidade dos movimentos sociais e entidades que

Renovando compromissos com o fortalecimento do campo público de comunicação

compõem o campo público de comunicação, para defender os princípios que devem reger a Comunicação Pública e os instrumentos para garantir a sua realização.

Dentre os quais destacamos:

■ Garantir a autonomia política, editorial e a laicidade de todas as emissoras do campo público.

■ Garantir que o processo de liberação e regulamentação da Contribuição para o Fomento da Comunicação Pública seja transparente e participativo, para que seus recursos sejam distribuídos a partir de critérios definidos pelo conjunto de emissoras, de acordo com as necessidades de cada segmento que compõe o campo público e de forma que este recurso seja acrescido ao já destinado originalmente a cada rádio ou TV.

■ Exigir que o Estado brasileiro cumpra o seu papel de garantir a liberdade de expressão, destinando recursos para fomentar a comunicação pública, educativa e comunitária, inclusive destinando parte das verbas publicitárias do governo federal para o campo público de comunicação.

■ Garantir que todas as emissoras do campo público sejam geridas por conselhos com participação da sociedade civil e dos seus trabalhadores e trabalhadoras, eleitos de maneira democrática e transparente, e que contem com instrumentos de consulta e participação periódicos, como audiências e consultas públicas, resguardadas as características de cada segmento.

■ Garantir imediatamente a presença das emissoras do campo público em sinal aberto em todo o país e, também, a reserva de espectro na migração para o sistema digital, priorizando a visibilidade das emissoras do campo público.

■ Garantir a implementação de um Operador de Rede Público Único e Gratuito para viabilizar a distribuição dos sinais de emissoras que compõem o campo, assegurando a oferta de conteúdos nas plataformas convergentes.

■ Garantir a diversidade étnica, racial, geracional, religiosa, regional, de gênero e de orientação sexual da sociedade brasileira e a produção independente na programação das emissoras públicas.

■ Garantir canais permanentes e inovadores de diálogo e espaços de veiculação especialmente dedicados à comunicação e cultura colaborativas e ao jornalismo participativo, ampliando os mecanismos diretos de participação social nas mídias públicas e garantindo a presença de produções e conteúdos de interesse público realizadas por indivíduos, grupos, redes e organizações da sociedade civil.

■ Garantir a integração das plataformas convergentes, a multiprogramação, a otimização do espectro, a mobilidade e a interatividade em todas as emissoras do campo público de comunicação.

■ Garantir que o padrão de rádio digital brasileiro seja aberto e democrático e que promova a tecnologia nacional.

■ Garantir a imediata anistia a todos os envolvidos nos processos criminais por transmissão não autorizada de sinais de radiodifusão e tratamento isonômico para os radiodifusores comunitários nos processos de outorga.

■ Valorizar os recursos humanos das emissoras do campo público de comunicação e respeitar o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, considerando as diferentes realidades existentes no campo.

As grandes democracias levam a sério o direito humano à informação

No mundo desenvolvido, regulação das comunicações serve para ampliar a diversidade de conteúdos e democratizar a liberdade de expressão. No Brasil, quem lucra com desinformação e monopólio combate essa ideia

POR LAURINDO LALO LEAL FILHO*

A regulação dos meios de comunicação é algo comum nas grandes democracias do mundo. Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Portugal, Espanha, entre outros países, há várias décadas estabeleceram regras para o setor. A maioria busca atualizá-las constantemente para alinhar a legislação às inovações tecnológicas e às transformações sociais. Os britânicos, por exemplo, a cada cinco anos, em média, discutem e aprovam no Parlamento novas regras para a mídia eletrônica. E recentemente aprimoraram a regulação para os meios impressos.

Na América Latina, nos últimos anos, a maioria dos países aprovou leis modernas para o rádio e a televisão com o objetivo de democratizar o seu uso. O caso mais expressivo, por seu respaldo político e pela consistência da lei, é o da Argentina, que em 2009 teve aprovada pelo Congresso a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual.

Uma das principais características comuns a todos esses países é a existência de autoridades reguladoras públicas com competência para aplicar as leis existentes para a produção e a difusão audiovisual. São responsáveis por outorgar as concessões de rádio e TV, acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços presta-

dos pelos concessionários e promover, ou não, a renovação das concessões. São também os fóruns legais para manifestações do público e de diálogo com as empresas de radiodifusão.

Nas concessões, os governos diretamente ou os órgãos reguladores redigem os chamados “cadernos de encargos”, nos quais constam direitos e deveres atribuídos aos concessionários durante o período em que vigorar a concessão. Tipos de programas, públicos que pretendem atingir e formas de financiamento são alguns dos itens a serem especificados no caderno. Caso sejam descumpridos, o órgão regulador tem poderes de impor sanções que vão de advertência a cassação da concessão.

Nos Estados Unidos, a Comissão Federal de Comunicações (FCC, de Federal Communications Commission) é o órgão criado pela Lei de Comunicação de 1934 com a prerrogativa central de realizar a regulação econômica da mídia, evitando a concentração da propriedade dos meios. Não permite, por exemplo, que apenas uma empresa seja dona de jornal e de emissoras de rádio e TV numa mesma cidade. Embora a primeira emenda da Constituição estadunidense garanta a absoluta liberdade de expressão, a FCC recebe queixas constantes sobre o conteúdo das

programações. No entanto, sua ação limita-se basicamente a proteger as crianças do que ela chama de “material indecente”, proibido de ser veiculado entre as 6h e as 22h.

Ainda assim, a FCC pode punir emissoras que transmitam informações falsas, realizem sorteios ou concursos em que as regras não estejam claras e não sejam rigorosamente cumpridas ou aumentem o som nos intervalos comerciais. A comissão é responsável também por fazer cumprir a lei que determina a obrigatoriedade das emissoras de transmitir, no mínimo, três horas semanais de “programação infantil essencial”, identificando os programas com o símbolo E/I e informando antecipadamente os pais sobre os horários de exibição. Eles devem ser exibidos entre as 7h e as 10h, com pelo menos 30 minutos de duração.

Proteger o público

Na Europa, os órgãos reguladores preocupam-se mais com questões de conteúdo e exigem das emissoras cuidados que vão da veracidade dos anúncios publicitários exibidos à linguagem utilizada por artistas e apre-

Na Europa, os órgãos reguladores preocupam-se mais com questões de conteúdo e exigem das emissoras cuidados que vão da veracidade dos anúncios publicitários exibidos à linguagem utilizada por artistas e apresentadores

sentadores. No Reino Unido, a regulação do rádio, TV, internet e redes de telecomunicações é feita pelo Escritório de Comunicações (Ofcom, de Office of Communications), criado em 2003, quando unificou vários outros órgãos reguladores existentes anteriormente. Os meios impressos são regulados pela Ipso (Independent Press Standards Organization), uma organização independente aprovada pelo Parlamento e sancionada pela rainha Elizabeth II em 2013.

Ao Ofcom cabe a tarefa de garantir à população britânica a existência de serviços de comunicação eletrônica de alta velocidade, de programas de rádio e TV com qualidade e diversidade, além de proteger os espectadores e ouvintes de conteúdos impróprios e de impedir a invasão de privacidade.

Conta para isso como uma série de canais abertos para que o público possa se manifestar em relação aos serviços prestados pelos meios de comunicação. As demandas são avaliadas e, quando é o caso, levadas aos responsáveis pelas transmissões. Abusos comprovados são punidos de acordo com a legislação. Os meios impressos foram durante quase 60 anos autorregulados por meio da PCC (sigla em inglês da Comissão de Reclamações sobre a Imprensa). O código de conduta adotado foi elaborado pelos próprios empresários que, além disso, ocupavam mais da metade das vagas do órgão. A complacência da Comissão diante de casos graves de violações éticas cometidas pela imprensa minou a sua credibilidade. Ela não resistiu ao escândalo provocado pelos jornalistas flagrados grampeando telefones de artistas e de pessoas envolvidas em casos policiais.

Diante da ineficiência da PCC, o governo britânico criou uma comissão de inquérito para esclarecer o “papel da mídia e da polícia no escândalo das escutas telefônicas ilegais”. Ao final dos trabalhos, a principal recomendação do Relatório Levenson (referência ao presidente da comissão, lorde Justice Levenson) foi a criação de uma nova agência reguladora para a mídia com poder de aplicar multas de até 1 milhão de libras (cerca de R\$ 4 milhões de reais) ou de até 1% do faturamento das empresas.

A Ipso tem como uma de suas atribuições adotar medidas para proteção dos cidadãos, além de poder obrigar jornais, revistas e si

tes de internet com conteúdo jornalístico a publicar correções de matérias e pedidos de desculpas. A adesão das empresas ao órgão é voluntária, mas as que não aderirem poderão sofrer punições ainda mais severas. A criação da agência é resultado de um acordo firmado entre os três maiores partidos britânicos e tem o respaldo de uma Carta Real, assinada pela rainha Elizabeth. Qualquer alteração só poderá ser feita com o voto de, pelo menos, dois terços do Parlamento.

Na Argentina, a regulação atinge apenas o rádio e a TV, com a aplicação da nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, aprovada pelo Congresso em 2009. Seu mérito principal é o de ampliar a liberdade de expressão no país, garantindo o acesso ao espectro eletromagnético de grupos sociais antes excluídos pela força do monopólio. A lei estabelece que 33% do espectro está destinado a organizações sem fins lucrativos e abre espaço para que povos originários possam controlar emissoras de rádio e TV, transmitindo programas em seus próprios idiomas, como já ocorre na região de Bariloche, com o canal Wall Intui (Olhar em Volta, no idioma dos Mapuche).

A nova legislação acaba com os monopólios e oligopólios ao estabelecer limites para o número de concessões outorgadas a cada empresa. Nenhuma delas (seja estatal, privada com fins lucrativos ou privada sem fins lucrativos) pode controlar mais de um terço das concessões, que terão no máximo dez anos de vigência. Até os direitos de transmissão do campeonato nacional de futebol foram assumidos pela emissora pública argentina, que posteriormente abriu o sinal para que outras redes de rádio e TV abertas pudessem exibir as partidas da primeira divisão. Por força da lei, o grupo Clarín teve de abrir mão de várias de suas licenças e, por isso, tornou-se o maior opositor da nova regulação, tendo sido derrotado em todas as instâncias do Judiciário para as quais apelou. Agora, um empresário não pode mais controlar canais de TV abertos e fechados ao mesmo tempo, e o sinal de uma empresa de TV por assinatura não poderá chegar a mais de 24 localidades nem superar o limite de 35% do total de assinantes. A Lei de Meios argentina permitiu uma expansão do setor audiovisual até então inédita no país. Foram concedidas 814 licenças para operação de emissoras de rádio, TV aberta e TV paga.

Na Argentina, seu mérito principal é o de ampliar a liberdade de expressão no país, garantindo o acesso ao espectro eletromagnético de grupos sociais antes excluídos pela força do monopólio

Dessas, 53 de TV e 53 de rádio FM destinaram-se às universidades e 152 a emissoras de rádio instaladas em escolas primárias e secundárias.

As aspirações brasileiras

No Brasil, calcula-se que 19 projetos de lei visando à democratização da mídia já foram elaborados pelo Executivo desde que entrou em vigor a Constituição de 1988. Nenhum deles foi levado ao debate com a sociedade e muito menos enviado ao Congresso Nacional. Seguem vigorando as leis antigas que, por serem obsoletas, atendem aos interesses dos poucos que se beneficiam dessa situação. No caso do rádio e da televisão, apenas a aprovação de leis que regulamentassem os artigos da Constituição promulgada há menos de três décadas referentes ao Capítulo da Comunicação Social já seria um grande avanço. Por exemplo, o Artigo 220, em seu parágrafo 3º, determina que compete à lei federal “regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que se recomendam, locais e horários em que a apresentação se mostre inadequada”. Essa é uma das poucas determinações da Constituição que já foi objeto de regulação, originando o que se convencionou chamar de “classificação indicativa” para exibição de programas de TV. Mesmo tendo sido amplamente debatida na sociedade, a classificação indicativa

sofre forte oposição dos radiodifusores e é contestada por uma ação de inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Segundo o mesmo parágrafo, ainda cabe a uma legislação reguladora “estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defender de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no Artigo 221, bem como a propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente”.

Não existem esses meios. A defesa da “pessoa e da família” só é feita por meio de ações propostas pelo Ministério Público, que invariavelmente são derrotadas na Justiça pela falta da lei específica. Mas só a lei não basta. É necessária a existência de um órgão regulador, como o Ofcom britânico, como poderes para aplicá-la. Além de ser um fórum com representantes dos radiodifusores, do governo e da sociedade capaz de resolver divergências mais simples, sem necessidade de recursos à Justiça.

“Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, também é uma regra estipulada no Artigo 3º do mesmo parágrafo. A concentração de canais de difusão de informação nas mãos de poucas empresas é o principal obstáculo à liberdade de expressão no Brasil. Um pequeno grupo controla todo o setor e veicula programas, programações e ideias semelhantes, impedindo a circulação de opiniões plurais, imprescindíveis para uma sociedade democrática. A revisão da distribuição do espectro eletromagnético e o estabelecimento de limites à propriedade de meios de comuni-

A concentração de canais de difusão de informação nas mãos de poucas empresas é o principal obstáculo à liberdade de expressão no Brasil

cação por um mesmo grupo econômico são as providências necessárias para romper com os monopólios e oligopólios existentes no país.

Agora, diz o Artigo 221 que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender aos seguintes princípios:

“I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” – Há vários exemplos de programas que estão no ar no rádio e na TV que não se enquadram nesse dispositivo constitucional. Não podem ser considerados informativos, por exemplo, programas que fazem do crime um espetáculo mórbido.

“II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objective a sua divulgação” – A promoção da cultura nacional e o estímulo à produção independente ganharam estímulo na TV paga com a lei que entrou em vigor em 2011 determinando a abertura de espaços nas grades de programação das emissoras para cotas de programas produzidos no Brasil. Para a TV aberta não há nenhuma legislação específica sobre o tema.

“III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” – A regulamentação deste artigo foi apresentada ao Congresso em 1991 e até hoje não foi votada. A falta da lei impede a ampliação do mercado de trabalho de profissionais de rádio e TV em inúmeras regiões do país, reforçando a concentração dos meios de comunicação no eixo Rio-São Paulo. Impede ainda a circulação pelo Brasil da produção cultural, artística e informativa que se faz em todo o território nacional.

“IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” – São questões subjetivas que necessitam de fóruns amplos de discussão capazes de calibrar o que se veicula pela mídia com o nível sociocultural e de valores alcançado pela população num determinado momento histórico. A existência do órgão regulador plural e democrático será um passo nesse sentido.

.....
***LAURINDO LALO LEAL – JORNALISTA, ESCRITOR E SOCIÓLOGO. DOUTOR EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E PÓS-DOUTOR NO GOLDSMITHS COLLEGE DA UNIVERSIDADE DE LONDRES. DESDE 2005 É OUVIDOR-GERAL DA EBC E DIRETOR-APRESENTADOR DO PROGRAMA VERTV.**

■ TV CÂMARA JOINVILLE

Câmara de Joinville faz reforma para abrigar emissora de TV

POR | SIDNEY AZEVEDO

A Câmara de Vereadores de Joinville (SC) foi autorizada em janeiro a iniciar os procedimentos de implantação do seu canal de TV digital. Por conta disso, as obras de reforma dos 400 m² do mezanino do plenário estão aceleradas. O local, até então, era pouco utilizado, praticamente obsoleto, e agora vai abrigar toda a Diretoria de Comunicação Social e Relacionamento Institucional da Casa.

A obra começou em dezembro de 2014, mas já estava planejada desde fevereiro de 2013, quando a Câmara de Joinville

manifestou em ofício o interesse em integrar a Rede Legislativa de TV Digital. A conclusão está prevista para final de maio. Serão investidos R\$ 621 mil na reforma do ambiente, pensado prioritariamente para as necessidades da TV, que será o carro-chefe entre os produtos da comunicação do Legislativo joinvilense.

A grande expectativa dos profissionais de comunicação da Câmara de Joinville é pela conclusão do estúdio de TV, que terá cerca de 60 m². Devido à sua posição no projeto, parte das paredes será envidraçada

para que a própria cidade, ao lado, e o verde do Morro do Boa Vista, ao fundo, possam servir de cenários naturais para alguns programas.

Os investimentos em produção também foram pensados. O estúdio de TV terá uma parede com fundo infinito. A ideia é que vários programas sejam feitos com cenários virtuais. Um Tri-Caster 8000 – sofisticado equipamento que integra hardware e software avançados para produção em TV – foi adquirido e já está em funcionamento em caráter experimental.



Mezanino do plenário será transformado em emissoras de TV e de Rádio

Além do estúdio de TV, a obra contempla um estúdio de rádio de 11 m². Em funcionamento desde julho do ano passado, a rádio tem sido uma importante ferramenta de comunicação interna para a Câmara de Vereadores de Joinville. Segundo o chefe da divisão de Jornalismo, Felipe Faria, “o novo espaço vai permitir que esse produto também seja tecnicamente melhorado, visando ampliar ainda mais a integração entre os setores e seus servidores”.

A reforma vai unir toda a estrutura de recursos humanos e materiais da Diretoria de Comunicação Social e Relacionamento Institucional. “Isso deve agilizar os processos de produção e transmissão dos conteúdos”, explica o chefe da divisão de Radiodifusão, Rinaldo Barbosa, um dos idealizadores das mudanças em curso. Hoje, uma parte da equipe já ocupa o mezanino; outra parte ocupa uma sala no primeiro andar do prédio.

Além da autorização para operar um canal de TV aberto e digital, a ampliação do quadro de servidores da diretoria foi um dos motivos para a reforma. Com o concurso público realizado no ano passado, ao todo 32 servidores, entre efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários integram o grupo. E a expectativa é que, com a entrada do canal de TV em operação, novos servidores sejam chamados.

As divisões de Jornalismo e de Relacionamento Institucio-



Obras para o estúdio de TV de 60 m² e de rádio de 11m²

nal vão compartilhar o mesmo ambiente, como uma grande redação. Haverá, na nova estrutura, duas salas de edição, um camarim e uma área para reuniões. A divisão de Radiodifusão terá salas para o switch master, duas produções, manutenção e operações, além de um almoxarifado e sala de no breaks.

Um elevador panorâmico conectará o mezanino aos três andares inferiores. Por ser a parte mais complexa da reforma, já que exige a remoção de parte da cúpula envidraçada do átrio, será a última no cronograma de obras.

Conforme o engenheiro responsável, Nion Maron Dransfeld, ficará assegurada a acessibilidade, com rampas de acesso entre os diferentes níveis do mezanino e banheiros adaptados para o uso por pessoas com deficiência.

Alguns ajustes foram necessários durante a reforma, como o reforço de estruturas e a implantação de um cabeamento estruturado, de modo a garantir autonomia na transmissão de energia, dados e sinais telefônico e de áudio e vídeo entre os ambientes.

O chefe da divisão de Radiodifusão, Rinaldo Barbosa, responsável pela indicação dos equi-

pamentos que serão utilizados na futura emissora de TV, destaca que, dentre os equipamentos aguardados para que a televisão entre em funcionamento, estão as estações gráficas das ilhas de edição (já em licitação), o exibidor e outros componentes do switch master (em fase de definição do termo de referência).

Outro ponto que também já demanda grandes esforços é a elaboração do projeto técnico. Uma licitação para a contratação de uma empresa de engenharia de telecomunicações já está em andamento para o cumprimento desta exigência e posterior encaminhamento do projeto à coordenação da Rede Legislativa de Rádio e TV da Câmara dos Deputados.

A diretora de Comunicação Social e Relacionamento Institucional, Maria Ivonete Peixer da Silva, afirma que a nova estrutura será fundamental para “ampliar a relação de cidadania com a população”. A diretora ressalta, ainda, que, como a TV não será comercial, o aspecto educativo deverá ser priorizado, com uma programação – já em elaboração – voltada para serviço e cidadania.

■ TV AL/MG

Atuação parlamentar ganha espaço na TV Assembleia

Assembleia Notícia, que estreou em fevereiro, incorpora entrevistas ao vivo no Plenário

POR | RAFAEL PEDROSA

Um novo programa jornalístico estreou na TV Assembleia em 2015, ampliando o espaço dedicado pela emissora à produção legislativa e à atuação parlamentar. Desde o dia 1º de fevereiro, o “Assembleia Notícia” substituiu o antigo noticiário do canal legislativo mineiro, o “Repórter Assembleia”. O novo programa incorporou entrevistas com parlamentares, que já eram realizadas

de forma avulsa por meio do “Visão Parlamentar”, e levou a apresentação das notícias para dentro do espaço mais nobre da Casa, o plenário. Além disso, foi triplicado o tempo de exibição: enquanto o “Repórter Assembleia” contava com meia hora diária, a partir de 19h30, o “Assembleia Notícia” vai ao ar em três edições de 15 a 30 minutos, sempre às 9 horas, 13h45 e 19 horas.

De acordo com a gerente-geral de Rádio e Televisão da Assembleia, Patrícia Porto, a intenção das mudanças é valorizar o processo legislativo na programação da TV, utilizando outros recursos além das reportagens produzidas pelas equipes jornalísticas. Vem daí a incorporação das entrevistas, em que os parlamentares têm mais oportunidade de comentar projetos em tramitação, audiências realizadas junto a órgãos do Poder Executivo e eventos realizados pela Assembleia no interior, entre outras atividades. A mudança de cenário traduz a iniciativa de voltar os olhos para dentro do Parlamento. Dessa maneira, a apresentação do telejornal saiu do estúdio e passou a acontecer no plenário, onde antes só ocorriam entrevistas com os deputados estaduais.

Durante 2015, também está prevista a produção de dois documentários jornalísticos, por meio do programa “Narrativas”. Ele incorpora à rotina da TV Assembleia uma iniciativa pontual premiada em 2014: o documentário “Na Lei ou na Marra: 1964, um combate antes do golpe”. O programa venceu o 36º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria documentário de TV.

O programa “Sala de Imprensa”, em que diversos jornalistas sabatinam uma autoridade ou especialista, também será reformulado. Ele se dedicará a analisar a atuação do jornalismo, em casos e temas específicos, de maior reper-



Assembleia Notícia aumentou duração e incorporou entrevistas



Profissionais se reuniram para discutir programação da TV ALMG

cussão na mídia. Todos os demais produtos da TV Assembleia continuam no ar em 2015, com o objetivo de consolidar o caráter público e educativo da programação oferecida à população mineira.

O novo programa é o primeiro resultado de um seminário realizado pela TV Assembleia em setembro de 2014. No encontro, os servidores da Rádio e da TV foram ouvidos sobre um desafio que se apresentava: como manter e ampliar a qualidade da programação oferecida ao público e melhorar as

condições de trabalho da equipe diante de um ritmo cada vez mais intenso da atividade parlamentar.

“Foram três dias de debate, com centenas de propostas apresentadas, que, desde então, vêm sendo analisadas e consolidadas por um grupo executivo. A equipe concluiu que não havia programas descartáveis e que um dos principais objetivos deveria ser valorizar o processo legislativo e dar mais visibilidade ao trabalho parlamentar”, explicou Rodrigo Lucena, diretor de Comunicação Institu-

cional da AL/MG.

As novas propostas continuam em análise e já há outras modificações em andamento. Algumas das demandas foram incluídas no planejamento setorial, elaborado em novembro de 2014, e aguardam parecer da direção da Casa. É o caso da aquisição de equipamentos para modernização e ampliação do parque tecnológico da TV e da Rádio. Um dos indicadores de desempenho setorial, que trata da cobertura institucional, também foi reformulado.

■ TV CÂMARA NATAL

TV Câmara de Natal renova programação

POR | CLÁUDIO OLIVEIRA

Acompanhando a política de proporcionar maior interação, transparência e proximidade entre o Legislativo e o cidadão, proposta pela nova presidência da casa, a TV Câmara de Natal (RN) começou este período legislativo inserindo dois novos programas à sua grade de programação. O primeiro é o resgate do programa “Câmara Esportiva” e o segundo é o novo programa “Plenário em Ação”, ambos transmitidos ao vivo.

O “Câmara Esportiva” já era exibido na emissora, mas há dois anos estava suspenso. Agora volta à grade com nova roupagem e



Câmara Esportiva volta a programação com a participação do telespectador

maior interação com o público. O programa traz entrevistas, reportagens e comentários sobre diversas modalidades esportivas com destaque para o futebol, contudo, tem uma forte vertente para a valorização dos esportes praticados nos bairros da cidade, ainda que de forma amadora.

O “Câmara Esportiva” vai ao de segunda a sexta-feira, a partir das 13h20, apresentado pela jornalista Mara Rochele e pelo comentarista esportivo Levi Araújo, com meia hora de duração. Além do tradicional futebol potiguar, o programa abrange outras modalidades esportivas, especialmente aquelas praticadas pelas comunidades dos bairros periféricos. “O foco principal é o futebol, mas estamos com o olhar voltado para as outras modalidades presentes na cidade, de onde muitas vezes surgem os grandes talentos no esporte amador”, explica a diretora da TV, Virgínia Coeli.

O programa promove uma interação, ao vivo, com os telespectadores por meio de ligações telefônicas, e-mail e redes sociais.

“Havia certa cobrança do telespectador que, neste novo momento em que vive a TV, com a abertura do sinal digital, o programa voltasse”, explica a diretora.

Ela ressalta que o programa também é feito com a participação dos telespectadores. “Quem tiver sugestões de ações e modalidades esportivas pode entrar em contato para que também possam se transformar em tema de reportagem”, diz.

Outra novidade da emissora é o “Plenário em Ação”, programa que estreou com o reinício das sessões ordinárias. O programa vai ao ar a partir das 14h, trazendo um briefing com a expectativa dos vereadores em relação aos debates em pauta na sessão do dia. Apresentado pelo jornalista Túlio Duarte e com produção de Verailton Silva, o programa adianta os assuntos pautados e conta com os comentários de Virgínia Coeli. “Queremos prender a atenção do telespectador, que já tem demonstrado interesse com os debates transmitidos. Por isso a gente ouve os vereadores e

adianta o que vai ser debatido posteriormente em plenário”, conta Virgínia. O “Plenário em Ação” vai ao ar de terça a quinta-feira, dias em que são realizadas as sessões plenárias. Por ele, o cidadão consegue ter uma noção de qual será o posicionamento do vereador na sessão, já que se trata de uma extensão da sessão ordinária.

ACESSO AMPLIADO PELA INTERNET

A programação da TV Câmara de Natal pode ser acompanhada em tempo real com sinal digital pela internet, através de computadores ou dispositivos móveis, pelo endereço www.cm-nat.rn.gov.br/tvcamara. Essa disponibilidade via internet já acontece há alguns anos, mas em abril de 2014 o acesso foi ampliado e a plataforma reforçada. Dessa forma, centenas de pessoas podem acessar a TV, simultaneamente, sem problemas no carregamento ou de travar a visualização.

Em novembro passado, durante sessão solene, a Câmara Municipal lançou o sinal digital da TV Câmara em canal aberto. Além de ser o primeiro canal legislativo do Norte-Nordeste, a emissora tornou-se uma das primeiras do Legislativo municipal do Brasil a ser transmitida em sinal aberto dentro da Rede Legislativa de TV Digital.

Essas medidas oferecem maior transparência aos trabalhos do parlamento, levando informação, cultura e cidadania à população de Natal por meio das transmissões de sessões ordinárias, audiências públicas e demais atividades, além de programas de cunho jornalístico que, com o uso da tecnologia, podem ser acessados de qualquer lugar por meio de celulares smartphones, tablets e computadores.



Plenário em Ação antecipa a pauta do plenário com Túlio Duarte e Virgínia Coeli

REDELEGISLATIVA

A Câmara dos Deputados está expandindo os limites da cidadania



A TV aberta e digital aproxima você de toda a atividade dos parlamentos brasileiros

Iniciativa da Câmara dos Deputados, em parceria com o Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, a Rede Legislativa de TV Digital leva as TVs do Parlamento até você, onde você estiver. Transparência ampliada ao menor custo.



www.camara.leg.br

O sistema de MAM colaborativo da CloudTV é a mais flexível ferramenta de gestão de mídias digitais do mercado. Com ele, sua equipe pode organizar, pesquisar, arquivar e distribuir suas produções de forma colaborativa.



- Ingest e recuperação fáceis
- Pesquisa básica e avançada
- Multiplataforma (desktop/mobile)
- Servidores completamente seguros
- Preview de vídeo em baixa resolução
- Catalogação, indexação e decupagem
- Armazenamento e transferência escalonáveis

GESTÃO PROFISSIONAL DE ACERVOS DE VÍDEO

Você já pode ter a ferramenta de gestão de mídias digitais escolhida e utilizada pela ASTRAL

consulte planos especiais para associados